



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ - BREVES  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
TURMA CURRALINHO

TÂNIA DOS SANTOS COSTA LEÃO

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA MARAJOARA:** desafios  
e perspectivas para a emancipação social no município de Currálinho/PA

CURRALINHO/PA  
2019

TÂNIA DOS SANTOS COSTA LEÃO

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA MARAJOARA: desafios e perspectivas para a emancipação social no município de Curralinho/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó/Breves como requisito parcial para conclusão do curso de Pedagogia, Polo Curralinho.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Miranda Costa

CURRALINHO/PA  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- S237e Santos Costa Leão, Tânia dos.  
A educação de jovens e adultos na Amazônia Marajoara : desafios e perspectivas para a emancipação social no município de Curralinho/PA / Tânia dos Santos Costa Leão, . — 2019.  
X,46 f.
- Orientador(a): Profª. Dra. Eliane Miranda Costa  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Campus Universitário de Breves, Universidade Federal do Pará, Breves, 2019.
1. Pesquisa. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Emancipação social. 4. Amazônia marajoara.  
I. Título.

CDD 374.98115

---

TÂNIA DOS SANTOS COSTA LEÃO

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA MARAJOARA:** desafios e perspectivas para a emancipação social no município de Curralinho/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó/Breves como requisito parcial para conclusão do curso de Pedagogia, Polo Curralinho.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Miranda Costa

**APROVADO EM** 17/01 /2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. ELIANE MIRANDA COSTA  
Orientadora – FECH/CUMB/UFPA

---

Prof. Dr. NATAMIAS LOPES DE LIMA  
Examinador Interno – FECH/CUMB/UFPA

---

Prof. Dr. RONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Examinador Interno – FECH/CUMB/UFPA

A Modesto Nogueira da Costa meu amado pai que investiu em minha educação e acreditou em meu potencial até o último dia de sua vida.

A Maria Helena Rodrigues dos Santos minha querida mãe que encontrou na Educação de Jovens e Adultos uma forma de dizer sua palavra escrita e serviu como uma das fontes de inspiração para a realização dessa pesquisa.

A Jucilena dos Santos Oliveira, minha “mãe de coração” que na ausência de meus pais, lutou, incentivou, investiu e acreditou em mim, até mesmos nos momentos que eu não acreditava.

À minha família e familiares.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus toda honra e toda glória, pois foi ele que em sua infinita misericórdia, deu-me forças para realizar e concluir esse trabalho e, por conseguinte, o curso de graduação. A meu esposo Anderson José Silva Leão, pois sem sua ajuda e apoio concluir essa jornada seria demasiadamente complicado. À minha orientadora, Professora Dra. Eliane Miranda Costa por seu auxílio, paciência, compreensão e instrução, os quais foram essenciais para a construção e realização dessa pesquisa. A estes, meus sinceros agradecimentos.

Aos esfarrapados do mundo, e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo com eles lutam (FREIRE, 1987, p.11).

## RESUMO

O presente estudo tem como objeto a Educação de Jovens e Adultos na Amazônia marajoara, com a perspectiva de problematizar e refletir esta modalidade como um possível mecanismo de emancipação social para aqueles sujeitos que foram colocados à margem. Para tanto, busca-se em geral discutir a contribuição da EJA como mecanismo de emancipação social, para os jovens e adultos de Currálinho, alunos dessa modalidade de ensino, principalmente, dos que estudam na escola “Manoel Duarte”. De modo específico pretende-se: verificar se o Estado brasileiro ao longo da história tem tratado a EJA como um direito ou ação compensatória; compreender o desenvolvimento dessa modalidade de ensino em Currálinho e, também, refletir sobre a importância da EJA para a vida em sociedade de jovens e adultos no Marajó. E por fim, procuramos conhecer, por meio das narrativas orais, as percepções de docentes e discentes sobre a EJA na escola “Manoel Duarte”, elencando sentidos e significados atribuídos por esses agentes a essa modalidade em Currálinho. Em vista de alcançar os objetivos propostos adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica realizada em livros e artigos cuja a EJA é a principal referência; pesquisa documental tendo como principal documento a proposta curricular do município. Os dados foram coletados também, por meio de entrevista semiestruturada realizadas com três alunos, três professores uma coordenadora pedagógica os quais, fazem parte do universo da EJA, na escola, lócus da pesquisa. A leitura e interpretação dos dados empíricos à luz da análise de conteúdo possibilitaram constatar que a EJA em Currálinho em parte auxilia jovens e adultos subalternos no ingresso efetivo na sociedade, como cidadãos de direitos, que refletem sobre suas ações, cientes dos deveres e, principalmente, dos direitos que têm. Porém, a falta de compromisso por parte do governo municipal para materializar a EJA enquanto direito, implica de forma negativa no desenvolvimento de muitos desses alunos, e, sobretudo, no desenvolvimento educacional do município. No que corresponde a organização da EJA, na escola lócus da pesquisa, constatamos que não há um planejamento específico. Aliás, essa modalidade se apresenta como um apêndice na escola. Entendemos que a EJA, em Currálinho e na escola lócus, carece de um trabalho integrado e articulado entre gestão municipal e gestão escolar, coordenação pedagógica e professores. Concluímos que a EJA, embora, os problemas enfrentados, têm provocado mudanças na vida dos educandos. Os professores demonstraram que, por meio de seus esforços e conhecimento ajudam os alunos vislumbrarem e lutarem por um futuro diferente da realidade que vivenciam.

**Palavras-chave:** Pesquisa. Educação de Jovens e Adultos. Emancipação Social. Amazônia marajoara.

## ABSTRACT

The present study aims at the Education of Young and Adults in the Marajoara Amazon, with the perspective of problematizing and reflecting this modality as a possible mechanism of social emancipation for those subjects who were placed on the sidelines. Therefore, it is generally sought to discuss the contribution of the EJA as a mechanism for social emancipation, for young people and adults of Currálinho, students of this type of education, especially those who study at the "Manoel Duarte" school. Specifically, it intends to: verify whether the Brazilian State throughout history has treated the EJA as a compensatory right or action; to understand the development of this modality of education in Currálinho and also to reflect on the importance of EJA to the life in society of young people and adults in Marajó. Finally, we sought to know, through oral narratives, the perceptions of teachers and students about the EJA in the school "Manoel Duarte", listing the meanings and meanings attributed by these agents to this modality in Currálinho. In order to reach the proposed objectives, we adopted the following methodological procedures: bibliographic research in books and articles whose EJA is the main reference; documentary research having as main document the curricular proposal of the municipality. The data were also collected through a semistructured interview with three students, three teachers and one pedagogical coordinator, which are part of the EJA universe in the school, the locus of the research. The reading and interpretation of the empirical data in the light of the content analysis made it possible to verify that the EJA in Currálinho in part assists young and junior adults in the effective entry into society, as citizens of rights, who reflect on their actions, aware of the duties and, mainly, of the rights they have. However, the lack of commitment on the part of the municipal government to materialize the EJA as a right implies in a negative way in the development of many of these students, and, above all, in the educational development of the municipality. In what corresponds to the organization of the EJA, in the locus school of the research, we find that there is no specific planning. In fact, this modality appears as an appendix in the school. We understand that the EJA, in Currálinho and the local school, lacks an integrated and articulated work between municipal management and school management, pedagogical coordination and teachers. We conclude that the EJA, although the problems faced, have caused changes in the lives of the students. Teachers have demonstrated that through their efforts and knowledge they help students envision and strive for a future different from the reality they experience..

**Keywords:** Research. Youth and Adult Education. Social Emancipation. Amazon Marajoara

## SUMÁRIO

RESUMO .....	11
1 INTRODUÇÃO .....	10
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS .....	18
2.1 A EJA NO BRASIL: retratos de uma realidade .....	18
2.2 A EJA como elemento de emancipação social segundo uma perspectiva freiriana 22	
2.2.1 Alfabetizar ou letrar para emancipar? .....	23
3 A EJA NO MARAJÓ: REALIDADE E PERSPECTIVA EM CURRALINHO .....	25
3.1 Considerações sobre a EJA no Marajó .....	25
3.2 A EJA em Curralinho, PA: um breve panorama .....	26
4 A EJA NA ESCOLA MANOEL DUARTE: ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ANSEIOS .....	32
4.1 O LÓCUS DA PESQUISA: ESCOLA MANOEL DUARTE .....	32
4.2 A COLETA E O TRATAMENTO DOS DADOS .....	34
4.3 ORGANIZAÇÃO DA EJA: ESCOLA MANOEL DUARTE .....	35
4.4 A EJA na perspectivas dos docentes .....	39
<b>4.5 A EJA NA PERSPECTIVAS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS .....</b>	<b>47</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
REFERÊNCIAS .....	53

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente no Brasil, muitas são as discussões acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que revelam a importância, dificuldades e desafios dessa modalidade de ensino. Este trabalho, igualmente traz como tema a EJA na Amazônia marajoara<sup>1</sup>, com a perspectiva de perceber a mesma como mecanismo de mudança e emancipação social. Meu interesse por essa temática resulta principalmente de duas situações, a saber: durante o período de estágio na EJA, percebi que para alguns alunos, em especial, os da terceira idade, essa modalidade de ensino vai muito além de simplesmente voltar para escola ou de aprender a ler e a escrever (assinar o nome como os mesmos dizem). Sugere-se assim que a EJA é uma possibilidade real de inserção desses agentes na sociedade como cidadãos de direito. Hipótese que comecei inclusive a construir bem antes desse contato e vivência. Na verdade, minha relação com essa modalidade começou quando minha mãe na condição de aluna da EJA foi alfabetizada, em 1994.

Embora muito jovem, lembro-me da alegria que a mesma sentiu quando conseguiu assinar seu nome completo. Hoje, compreendo que, assim como foi para ela naquele momento um “grito” de independência, para os alunos da EJA o processo de ingressar no espaço escolar representa de certo modo uma tomada de atitude que pode significar condição necessária para a emancipação, libertação. Em outros termos é a forma desses agentes vilipendiados ao longo de sua história tomar de posse um direito que qualquer cidadão brasileiro deveria ter garantido. O direito à escola e aos conhecimentos historicamente produzidos, que para eles pode representar o simples ato de “ir e vir” com maior liberdade. Além de realizar atividades como assinar o nome, contar o próprio dinheiro, escrever uma mensagem a alguém, entre outros, fundamentais para valorizar a dignidade humana. Quando se tem o domínio da palavra escrita isso torna-se menos complicado. A leitura e a escrita precisam ser entendidas como um direito e condição de garantir acesso aos bens (materiais e culturais) a todos as pessoas.

Tomar posse desse direito que historicamente vem sendo negligenciado é tomar em suas mãos o controle de suas próprias vidas, o que a longos anos lhes

---

<sup>1</sup> Apoiada em Sarraf-Pacheco (2009) adoto o termo Amazônia marajoara para retratar dessa parte da Amazônia. O uso do termo ocorre também para questionar o termo “ilha” entendida pelo autor como um conceito que apaga o Marajó e suas gentes.

foram usurpados, como podemos observar na narrativa de uma alfabetizanda do MOVA entrevistada por Moacir Gadotti e Romão, em 2011: “Quero me alfabetizar porque estou cansada de viver na sombra” (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.5). Vê-se aí que a alfabetização é ferramenta de elementar relevância para garantir a dignidade humana. A alfabetização, que pode aqui ser traduzida no ato de saber ler e escrever é para os esfarrapados do mundo para lembrar Freire (1987) mais que um sonho/utopia. É o direito de fazer suas escolhas.

A pesquisa busca compreender a EJA e seu desenvolvimento na cidade de Currálinho-PA. Isso implica indagar se tal modalidade pode ser um marco para o desenvolvimento integral de seus alunos, auxiliando-os para a interação social desses sujeitos como cidadãos de direitos. A pretensão desta pesquisa não se circunscreve especificamente à evasão, formação continuada dos professores que trabalham nessa modalidade, nem a metodologia ou até mesmo o que se convencionou chamar de método de Freire, temáticas que vem ganhando destaque nas pesquisas, conforme constatamos com o levantamento realizado no site da CAPES, Scielo Brasil e Google Acadêmico. Nesta busca mapeie 10 teses e cinco dissertações de Mestrado, versando, especialmente, sobre essas temáticas, que certamente carecem de ser ampliadas.

Aqui, porém, nosso desafio é pensar a EJA como mecanismo de emancipação social, temática pouco explorada. Pois, do total das obras mapeadas apenas duas aproximam-se de nossa investigação. Todavia, nenhuma voltada para a realidade do arquipélago de Marajó, como é o caso deste estudo, cujo lócus é uma escola pública da cidade de Currálinho, Estado do Pará. A pesquisa procura dar ênfase ao papel transformador que a educação pode exercer na sociedade, se desenvolvido com responsabilidade e respeito ao educando como sujeito de direito. Isso requer uma proposta pedagógica que dialogue e valorize os diferentes saberes, o que certamente exige “pensar certo” e “o pensar certo, rejeita qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 1996, p.17).

Diante disso, entendemos que se a EJA for trabalhada seguindo os pressupostos de uma pedagogia libertadora poderá tornar-se em mecanismo de emancipação social. A educação libertadora como propõem Freire (1997) tem por finalidade formar sujeitos que possam exercer a cidadania consciente de seus deveres e direitos. Em outras palavras, essa educação permite que os subalternos sejam vistos e reconhecidos como sujeitos históricos sociais, ou seja, pessoas que

também constroem o mundo. Apreendemos ainda com Freire (1997), que educação para a prática da liberdade prioriza o diálogo franco e aberto, pois valoriza o humano. Com base nessa perspectiva que a pretensão da pesquisa é contribuir com o fomento à compreensão de que a EJA pode significar para os excluídos do mundo moderno condição de inserção social.

Para este teórico a EJA não se restringe apenas ao método de alfabetização, mais sim como uma tomada de consciência por parte do aluno dessa modalidade. Entende que a educação não é um campo neutro, mas local de ideologias, de interesses; onde professores e alunos são ambos, sujeitos capazes de construir e reconstruir conhecimentos e que não compete ao professor o papel de detentor de todo o saber e, tão pouco cabe ao aluno o papel de página em branco, que a escola preenche depositando conhecimento a cada etapa, ciclo vencido. O aluno como fala o autor não é um vazio e sem vontade que fica à espera, estático, “clamando pela luz do conhecimento” concedido caridosamente por seu “amo e senhor”. Mais sim, que o conhecimento é construído de modo dialógico, reflexivo, que leva em consideração os saberes da oralidade, as práticas e experiências que ambos têm.

Freire (1967, p.12), preocupava-se com uma educação para a “decisão, para a responsabilidade social e política”. Corroborando com o pensamento desse teórico, Arroyo (2006, p.226), outro autor que recorreremos nesse estudo, relata que, “a educação popular e a EJA enfatizam uma visão totalizante do jovem e adulto como ser humano, com direito a se formar como ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético, estético, de memória”. Isso significa que o jovem e adulto tem direito a uma formação integral que o prepare para exercer plenamente sua cidadania.

Nessa linha de pensamento Antunes (2000 apud GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.17) defende a necessidade de “uma escola voltada para que o aluno exerça a cidadania”. Entende que essa escola não pode ser “um privilégio de uma determinada faixa etária ou de educandos de um determinado curso”, a escola deve ser um espaço de todos e para todos, ou seja, a escola tem que incluir e não segregar. Outro aspecto importante a considerar é o fato da EJA não se resumir a escolarização, como lembra Almeida (2016, p.129), a EJA “é constituída por práticas e reflexões que não se restringem à escolarização, pois envolve processos formativos variados [...]”. Trata-se, então, de um universo pedagógico importante

para a realização plena da indissociabilidade entre teoria e prática, e que vetoriza caminhos rumo aos processos da emancipação humana.

Com base em tais pressupostos, esta pesquisa busca corroborar ainda para que a sociedade curralinhense não veja a EJA somente como uma educação compensatória, um assistencialismo do poder público a uma parcela significativa da população pobre que sofre com anos de exclusão e negação de seus direitos. Nesse aspecto, a pesquisa também se preocupa em chamar atenção do poder público e sociedade para que a EJA não seja vista apenas como um “problema” para os gestores como normalmente se propaga nos discursos políticos, sustentados pelos poucos recursos a ela destinada, porquanto, no que corresponde ao setor competente por elaborar e executar políticas públicas educacionais voltadas para a EJA no município, constatamos que o que ocorre é o que explicita Pontes e Clark (2016)

Que a elaboração das políticas públicas para a EJA ainda apresenta um caráter marcadamente supletivo, compensatório e moralizante, distanciando tais políticas da ideia fundamental de que se trata de um direito de afirmação da cidadania (p.57).

O artigo 37 da Lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), destaca que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Uma leitura atenta desse artigo pode sugerir de um lado, a ideia de uma visão compensatória e de outro lado, a perspectiva de um direito assegurado. Precisamos entender que esta modalidade de ensino é muito maior que uma simples compensação pois, a lei não indica somente a ideia de caridade ou compensação. Mas o reconhecimento de um direito. É a garantia da perspectiva de uma educação ao longo da vida, por isso, a importância desse artigo, que não significa a indicação de assistencialismo ou algo parecido. Por quanto, assim como as demais áreas da educação, a EJA carece de investimento, de recursos financeiros e humanos suficientes para que o direito à educação não seja apenas promessa. Como afirmam Gadotti e Romão (2011, p. 65) “Ela (EJA), não pode ser colocada paralelamente ao sistema, nem como forma compensatória, nem como forma complementar, mas como modalidade de ensino voltada para uma clientela específica”. O autor permite entender que a EJA tem um público a atingir, pessoas que foram colocadas à margem pelo Estado. E seu objetivo não é de compensar, mas como modalidade, a

EJA tem como desafio promover o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo como direito subjetivo, daí entendê-la como um potencial mecanismo para a emancipação social.

Nesse sentido que este trabalho poderá também contribuir academicamente para abrir uma nova discussão no que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos no Marajó. Partindo desses pressupostos e considerando realidades específicas dos municípios do arquipélago de Marajó, em especial o município de Currálinho-PA, questiona-se: Em que medida a EJA pode contribuir para mudar a realidade social de jovens e adultos no Marajó, especificamente, em Currálinho-PA? Para melhor delimitar o problema formatado, elencamos as seguintes questões-norteadoras: A EJA tem sido tratada como um direito ou “favor” pelo poder público no município de Currálinho/PA? Como a EJA vem sendo desenvolvida em Currálinho, em especial, na escola “Manoel Duarte”? O que os docentes e discentes narram sobre a EJA e como esses agentes percebem essa modalidade?

Tem-se assim por objetivo geral discutir a contribuição da EJA como mecanismo de emancipação social, para os jovens e adultos de Currálinho, alunos dessa modalidade de ensino, principalmente, dos que estudam na escola “Manoel Duarte”. De modo específico pretende-se: verificar se o Estado brasileiro ao longo da história trata a EJA como um direito ou ação compensatória; compreender o desenvolvimento dessa modalidade de ensino em Currálinho e, também, refletir sobre a importância da EJA para a vida em sociedade de jovens e adultos no Marajó. E por fim, procuramos conhecer, por meio das narrativas orais, as percepções de docentes e discentes sobre a EJA na escola “Manoel Duarte”, elencando sentidos e significados atribuídos por esses agentes a essa modalidade em Currálinho.

Ao longo dos anos, a EJA, assim como todas as áreas da educação enfrenta uma série de problemas de ordem estrutural, fato que alimenta a marginalidade e a desigualdade vivenciada pelos “esfarrapados desse mundo” (FREIRE,1987; p.11). Esses sujeitos não tiveram apenas o direito à escola negado, mas, sobretudo, ao direito a sua história, memória, cidadania, à vida. Podemos dizer que tiveram seu direito de escolha negado pela injustiça, exploração, violência, opressão tida muitas vezes de forma naturalizada. A luta contra esse histórico cenário e, também, contra a política que o legitima, precisa ser a bandeira constante de homens e mulheres

subalternizados, uma luta que carece de ser afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de recuperação da “humanidade roubada” (FREIRE, 1998, p.16).

Por entendermos que a educação é um direito subjetivo, defendemos que seu papel é atender aos interesses e necessidades dos cidadãos, que seja, de viver, trabalhar e exercer sua cidadania, conscientes dos direitos e deveres. Uma conscientização que não se resuma ao fanatismo destrutivo. “Pelo contrário, a conscientização, que lhes possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito” (FREIRE, 1987, p.11). Com a perspectiva de alcançar os objetivos dessa pesquisa e assim colaborar com a EJA em Curralinho, seguimos determinados pressupostos e procedimentos metodológicos de cunho qualitativo.

Trata-se de uma investigação de abordagem predominantemente qualitativa, pois lida com um fenômeno complexo, no caso, a EJA, apreendido no ambiente natural e envolve uma dimensão não mensurável. Pois, como sabemos esse tipo de pesquisa “tem como propósito fundamental a compreensão, explanação e especificação do fenômeno” sem deixar de perceber sua complexidade (SANTOS FILHO, 2009, p.43).

A realização dessa pesquisa deu-se em etapas integradas. Inicialmente procedemos com a busca bibliográfica, que consistiu no mapeamento de livros e artigos de autores que se dedicam a essa modalidade. A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2008, p.50) “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla” é uma etapa indispensável para qualquer estudo. Desse modo, a pesquisa bibliográfica, fez-se necessário para conhecermos o que já se tem produzido acerca do objeto em estudo e, ao mesmo tempo, ampliar nosso campo de conhecimento.

Além da pesquisa bibliográfica, recorreremos a pesquisa documental, uma vez que ela oferece um campo vasto de dados de grande valia e enriquece epistemologicamente esse trabalho. O principal documento analisado foi o Plano Municipal de Educação de Curralinho. A escolha desse documento dá-se, porque o mesmo contém metas, propostas a serem alcançadas no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos nessa localidade. Recorreremos ainda a leitura do Regimento Unificado das Escolas Municipais de Curralinho e do Projeto Político e Pedagógico da escola lócus da pesquisa.

Não foi possível a análise de projetos de ensino, social e/ou pedagógicos com foco na EJA, como prevíamos, porque não encontramos na escola lócus

nenhum projeto voltado especificamente para o universo da EJA. Cabe dizer que esta escola foi escolhida por ser a única em atender alunos de todas as etapas da EJA no ensino fundamental.

Os dados aqui contidos são provenientes ainda, de entrevistas semiestruturadas, realizadas com uma Coordenadora Pedagógica da escola “Manoel Duarte”, três professores que lecionam na EJA; três alunos da EJA, um de cada etapa, que estão matriculados e frequentando a escola regularmente. Os mesmos foram selecionados de forma aleatória, tendo como critério fazerem parte do universo da Educação de Jovens e Adultos da escola lócus da pesquisa. Para assegurar o sigilo ético nossos entrevistados, bem como a escola, estão identificados no corpo do texto com nomes fictícios.

A escolha pela entrevista semiestruturada deu-se em virtude de ser uma técnica que permite estabelecer uma troca entre pesquisador e interlocutor. Gil (2002, p. 109) define como “uma forma de interação social” e também, como “uma forma de diálogo assimétrico em que o entrevistador busca coletar dados e o entrevistado se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2002, p.109). As entrevistas realizadas com cada interlocutor foram guiadas por um roteiro flexível contendo algumas perguntas que serviram de base da entrevista. Esta pesquisa, contou também, com a colaboração de um funcionário da Secretaria Municipal de Educação de Curralinho (SEMED), que por meio de conversa informal, nos forneceu informações importantes acerca da história da EJA, de grande relevância para a conclusão desse trabalho.

Os dados empíricos foram analisados à luz da técnica da análise de conteúdo. Esta técnica segundo Torzoni-Reis (2009, p.63/64) tem como objetivo, “desvendar, os sentidos aparentes e ocultos de um texto, um documento, um discurso ou qualquer outro tipo de comunicação”. Para ler e interpretar os dados sob esse aspecto primeiro realizamos a organização do material coletado, seguido de leitura e sistematização conforme se apresenta no texto.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta uma breve digressão histórica da EJA no país, tarefa importante para identificar que a EJA tem sido materializada pelo estado brasileiro muito mais como ação compensatória, que propriamente um direito. O capítulo apresenta ainda reflexões sobre uma pedagogia emancipatória enquanto elemento para a construção dessa modalidade como mecanismo de emancipação social.

No capítulo que segue, a discussão volta-se a compreender o desenvolvimento da EJA no município de Currealinho-PA, em que se evidencia sua trajetória histórica, perspectivas políticas a partir das metas traçadas no Plano Municipal de Educação. O terceiro capítulo mergulha nas vozes dos interlocutores para entender suas percepções acerca da EJA em Currealinho. Destacamos nesse exercício os sentidos e significados atribuídos pelos entrevistados a essa modalidade e a perspectiva de interpretá-la como mecanismo capaz de promover a emancipação desses sujeitos.

Ao finalizar, concluímos que a escola deve possibilitar aos subalternos o ingresso efetivo na sociedade, como cidadãos de direitos. Isso significa, sujeitos que refletem sobre suas ações, e são cientes dos deveres e, principalmente, dos direitos que têm.

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS**

O capítulo tem por finalidade Verificar se o Estado brasileiro tem tratado a Educação de Jovens e Adultos como um direito ou ato compensatório? Para tanto, o texto apresenta relatos sobre a educação ofertada no período colonial, sob a direção dos Jesuítas, destaca o papel dos movimentos de educação populares antes, durante e pós-ditadura militar, bem como ressalta a EJA na letra da lei, em especial, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei, nº 9.394/96. O capítulo é finalizado com reflexões teóricas acerca de perspectiva dessa modalidade de educação possa ser vista, pensada e materializada como mecanismo de emancipação social.

### **2.1 A EJA NO BRASIL: retratos de uma realidade**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação brasileira destinada aos sujeitos que não cursaram o ensino fundamental no período previsto conforme estabelece a atual LDB (9.394/1996). Em sua trajetória quando procuramos pensar essa modalidade como instrumento de promoção da cidadania, como propõe este estudo, um dos nome que nos vem à mente é do educador Paulo Freire. Para este intelectual brasileiro a educação deve ser vista como um processo de humanização (FREIRE, 1997). Educar nesse sentido significa contribuir para transformar as pessoas, valorizar seus processos históricos, memoriais e de mudanças, atualizar suas potencialidades e torná-los gente com direitos e dignidade.

Mas, para pensar a EJA nos moldes da pedagogia freiriana, faz-se, antes, necessário conhecer essa modalidade em sua trajetória histórica. De acordo, com a literatura estudada desde o período do Brasil-colônia é possível identificar um empenho por parte do clero local, com a instrução de pessoas adultas. Em outras palavras significa que, com a chegada dos Jesuítas no ano de 1549 observa-se um interesse com relação a educação, mais precisamente, com a alfabetização de adultos e jovens. De certo, que o interesse que prevalecia era em ensinar os jovens e adultos “analfabetos” a ler (decodificar os signos) para que então ficasse mais fácil catequizá-los, ou melhor, doutriná-los conforme os preceitos da religião católica,

além, de torná-los “civilizados” na língua do colonizador (BESERRA; BARRETO, 2014).

Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marques de Pombal, que conseguiu convencer o regente do reino português, Dom José; que os mesmos estavam conspirando contra o reino e contra a vida de sua majestade, os integrantes da Companhia de Jesus foram presos e expulsos do Brasil no ano de 1579 (BOXER,2002; p.200). Por conta dessa expulsão, a alfabetização desses sujeitos e o ensino, até então realizado pelos jesuítas, caiu em grande desorganização só voltando a ser ordenada no Brasil Império (1822-1889).

Com o passar dos anos, notasse que a problemática envolvendo a desorganização no meio educacional, continuava bastante acentuada porquanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1910, havia mais de 11 milhões de cidadãos brasileiros com mais de 15 anos, considerados analfabetos. Por esse motivo, houve movimentos de grupos sociais em diversas partes do país, em prol de alfabetizar esses cidadãos (BESERRA, BARRETO; 2014; p.167). Com a aprovação e publicação do Decreto nº19.513, de 25 de agosto de 1945, pelo então presidente da república Getúlio Vargas, pela primeira vez desde o período colonial, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser oficialmente reconhecida como um “direito”. A partir de então, começaram a ser lançados projetos, programas e campanhas para combater o analfabetismo entre a população jovem e adulta do país.

Dentre as campanhas em prol de alfabetizar jovens e adultos, podemos destacar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) de 1947; que, segundo Beserra e Barreto (2014, p.167), estava voltado para “atender as necessidades de qualificação de mão de obra para o mercado e aumentar os currais eleitorais mantidos pelas práticas clientelistas”. Tem-se ainda o Movimento de Educação de Base (MEB), que consistia em um sistema de rádio educativo, criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e apoiados pelo governo federal em 1961. Este movimento que Paulo Freire chegou a participar contribuiu de forma decisiva na construção histórica da EJA no país.

Além dessas estratégias, nota-se também a importância do Movimento de Cultura Popular (MCP), que apresentava como principal objetivo formar uma consciência política e social nas massas trabalhadoras, com o intuito de preparar as mesmas para participarem de forma efetiva como cidadãos de direitos e deveres na sociedade brasileira (BRASIL, 1945, p.3 apud BARRETO; BESERRA, 2014, p.167).

Em 1964 foi aprovado pelo presidente João Goulart, o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), com o objetivo de atingir todo território nacional, o qual tinha por pressupostos básicos os princípios da pedagogia freiriana. Todavia, não chegou a ser colocado em prática visto ser bruscamente suprimido pelo regime militar de 1964 a 1985. Em seu lugar, no ano de 1967, este regime instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado com a promessa em erradicar o analfabetismo no Brasil, porém não tinha a preocupação de torná-los cidadãos conhecedores de seus direitos e muito menos prepará-los para lutar pelos mesmos. Era assim um movimento voltado unicamente para desenvolver a leitura e a escrita de forma mecanizada, sem a preocupação com a formação voltada para desenvolver um pensamento crítico e reflexivo do homem.

Cabe ainda registrar que antes do Golpe Militar, em meados dos anos 60, na cidade de Natal, durante a administração do Secretário de Educação Djalma Maranhão, desenvolveu-se, o “Movimento de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Este Movimento de Educação Popular, nascido nos âmbitos dos comitês nacionalistas, tinha a priori a proposta de erradicar o analfabetismo na cidade de Natal. Todavia, o mesmo extrapolou essa proposta e se converteu numa política de cultura e educação popular. Este movimento foi implantado nas áreas periféricas das cidades, na qual não havia escolas e o público atendido pelo mesmo, eram as pessoas “das classes sociais despossuídas” (PAIDÉIA, 1992, p.08).

No ano de 1989 passados quatro anos do fim da Ditadura Militar, na cidade de São Paulo, um partido tido como popular, assumiu o poder. Embasado em pressupostos de respeito a autonomia dos movimentos sociais, abertura de canais de participação e transparência administrativa, ampla democratização das informações; implantou na secretaria de educação o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP). Tal movimento foi de fato efetivado em 1990, tido como ano internacional da alfabetização. Igualmente em

Porto Alegre no ano de 1989; fora executado o Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA, 1989; GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.108-115).

Ambos os movimentos realizados no decorrer dos anos em prol da alfabetização de jovens e adultos, foram de suma importância para consolidação da EJA enquanto modalidade de ensino em nosso país, pois foram a partir desses movimentos que olhares se voltaram para classe adulta analfabeta do país e a mesma foi tomando destaque e, a esses cidadãos foram oportunizados terem acesso a instrução e conhecimento cientificamente construído. Em linhas gerais esses movimentos visavam, por meio da educação, propiciar a valorização da cidadania das pessoas marginalizadas pelo Estado brasileiro. Tais movimentos vislumbraram a educação (iniciando com a alfabetização) como direito, que deve permitir aos educandos conhecimentos que o ajudassem na construção e execução de sua cidadania de forma efetiva e consciente, levando-o a refletir sobre sua condição, mostrando para o mesmo que essa condição que está posta pode ser mudada, pois, como aprendemos com (Freire apud ANTUNES, 2002, p.37) “o mundo não é, o mundo está sendo”. Isso significa que outras lógicas e perspectivas podem ser criadas.

Por intermédio dos movimentos se percebeu a necessidade de se elaborar leis específicas voltadas para a EJA. Desta feita, a mesma foi contemplada na Seção V; Artigos 37; 38 da atual LDB 9.394/96. Embora seja uma Seção pequena, mediante a amplitude que tem a EJA, significa um importante marco na luta por direitos a educação. Luta que continua sendo necessária, principalmente, nos dias atuais diante de um cenário incerto e obscuro.

A partir dessa lei, a EJA, como esclarece Almeida (2016, p. 132),

abrange um público heterogêneo, com perfil diferenciado em relação à idade, origem, expectativas e comportamento. [...]. Jovens e adultos historicamente excluídos, seja pela impossibilidade de acesso à escola seja pela não continuidade do ensino regular ou supletivo.

Embora a LDB vigente possibilite tratar essa modalidade ainda como algo de cunho compensatório, representa para os coletivos de jovens e adultos possibilidade real de acessar um direito historicamente negado. Falta o Estado assumir a EJA como processo de humanização tal como propõe Paulo Freire(1987).

O contexto histórico desenhado até aqui, nos mostra que antes da aprovação da LDB vigente, a EJA era vista como um apêndice da educação

brasileira, promovida por meio de programas, ou seja, políticas paliativas que nem sempre os governos tratavam com seriedade. Na verdade, era e ainda é vista como compensação e não um direito público e subjetivo. A ideia de direito subjetivo no entendimento de Farinele (2008, p.2) caracteriza-se, como “um poder ou domínio da vontade do homem, juridicamente protegida”. O autor ajuda entender o direito subjetivo como intransferível, logo, não pode ser negado e muito menos negligenciado.

Entendemos que tratar a EJA como compensalismo e não um direito subjetivo tem implicação negativa para a inserção dos sujeitos que buscam nesse modelo de educação, conhecimento e a autonomia para viverem e interagirem como parte integrante da/na sociedade. Para minimizar essa problemática em nossa interpretação, faz-se necessário a ampliação de investimentos por parte do poder público no sentido de reconhecer e valorizar a EJA como um direito e não ato de compensação. Apreendemos que a EJA tem grande relevância para o desenvolvimento local, regional e nacional. Mas, para tanto, precisa superar décadas de visão compensatória, utilitarista, emergencial, descontínua, baseada em uma política do ponto de vista institucional frágil, fragmentada e aligeirada.

## **2.2 A EJA como elemento de emancipação social segundo uma perspectiva freiriana**

Como mencionado, para Freire (1987) a educação não se restringia apenas em codificar e decodificar palavras, mas sim, em interpretar o mundo a sua volta. Ao que o mesmo chamava de “leitura de mundo” (Ibid., p.19). Saber interpretar através da educação a sociedade como ela se apresenta e qual o papel, ou melhor, direitos e deveres que ambos possuímos na mesma é condição indispensável do ato educativo.

Em nossa leitura Freire (1967) percebia a educação de Jovens e Adultos como mecanismo para a emancipação do subalterno, uma emancipação não somente no caráter econômico, mas primordialmente, de uma trajetória de explorações e negação de direitos. Mas, para isso, a educação para este autor precisa ser livre da hipocrisia, da neutralidade que muitos pregam e ser encarada também como um “ato político”, que consiste no

Processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta (Ibid., p.10).

Pensando a EJA nestes véis emancipatórios, como propõe Freire (2001), entendemos que a educação não pode e não deve se trabalhar apenas como repasses de conteúdos, tratando o aluno como mero objeto do conhecimento. Mas, ao contrário é necessária uma pedagogia que desperte no educando o pensamento crítico, reflexivo e analítico tendo o “educando como sujeito cognoscente, que, por assim o ser, se assume como um sujeito em busca de, e não como a pura incidência da ação do educador” (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p.22).

Pensar a EJA, voltada para a emancipação social, intelectual, educacional, isto é, em todas as formas e meios que possam ocorrer essas emancipações, é ter uma visão ampla do todo, de todas as áreas que cercam o educando, “não centrada apenas no ato de aprender, mas no que se aprende. Trata-se de garantir uma aprendizagem transformadora” (GADOTTI, 2013; p.18).

Partindo desses pressupostos, tudo o que se pense, planeje e se ponha em prática na EJA, precisa levar em conta os saberes pré-adquiridos pelos educandos. O universo no qual ele está inserido e se, o que será compartilhado como o mesmo fará sentido, o ajudará nesse processo de leitura de mundo, do mundo em que ele se faz parte integrante, sujeito transformador de sua história e da história dos que o cercam. Para isso, cabe à escola alfabetizar ou letrar? Ambos processos não podem ser vistos dicotomizados como mostra o subtópico abaixo.

### **2.2.1 Alfabetizar ou letrar para emancipar?**

Segundo Soares (2003 apud ANDRADE,2016; p.93) “alfabetização é o processo de aquisição e assimilação do sistema de escrita”, isto é, diz-se que o educando está alfabetizado, quando o mesmo consegue representar de forma escrita (grafemas), os fonemas (unidades sonoras mínimas da fala). No que corresponde ao letramento, Soares (2004, p.97), define que o mesmo é entendido como o “desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais”.

Para Freire (1983, p.111) “alfabetização é mais que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler”. Via a alfabetização

próxima do descrito como letramento por Soares (2004), porquanto para ele, alfabetizar era o domínio das técnicas de ler e escrever de forma consciente. “É entender o que se lê e escrever o que se entende”, ou seja, saber interpretar o que subjaz por detrás tanto de textos como de diálogos “desinteressados”. “Assim sendo, o sujeito letrado vivencia novas práticas de leitura e escrita tanto culturais quanto sociais as quais modificam seu estado, tornando-o um ser diferente” (SOARES,2003 apud ANDRADE,2016; p.95).

Ao analisarmos os conceitos de alfabetização e letramentos trazidos à luz por Freire (1986; p.111) e Soares (2004; p.97), partindo do pressuposto que:

A alfabetização, só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES,2004; p.97).

Concluimos que, no que corresponde aos alunos da EJA, concebemos que para se ter uma educação emancipadora, faz-se necessário tanto alfabetizar quanto letrar, pois, por mais que sejam processos distintos, alfabetização e letramento, são indissociáveis dependentes um do outro e, assim sendo, imprescindíveis para que o educando da EJA venha usufruir dessa emancipação tanto intelectual quanto social.

### **3 A EJA NO MARAJÓ: REALIDADE E PERSPECTIVA EM CURRALINHO**

Neste capítulo o objetivo consiste em traçar um breve panorama da EJA no município de Curralinho, com a perspectiva de compreender o desenvolvimento dessa modalidade de ensino em contextos específicos da Amazônia marajoara. Para tanto apresenta as metas traçadas pelo Plano Municipal de Educação (PME) em que se constata um abismo entre o proposto e o materializado pelo governo. Em que pese os problemas e falta de compromisso político, pretende-se também refletir sobre a importância dessa educação para a vida em sociedade. Nesse exercício percebemos ser a EJA para os subalternos do Marajó condição para exercer sua cidadania.

#### **3.1 Considerações sobre a EJA no Marajó**

Nesta região como é de conhecimento a educação é precária com os menores indicadores, que o coloca abaixo da média nacional. Além disso, os recursos financeiros destinados à educação são poucos, principalmente no que corresponde a Educação de Jovens e Adultos. O índice de evasão escolar, nessa modalidade de ensino são elevados, o que pode estar atrelado ao tratamento atribuído a EJA pelo poder público, escola e até mesmo professores. Uma das reclamações muito frequentes entre os discentes dessa modalidade é que a metodologia empregada pelo professor nem sempre incentiva o aluno a querer permanecer na escola.

Outro aspecto é a rotatividade docente que também é muito grande. A EJA nos municípios marajoaras em muitas situações serviu e ainda serve de “cabide de emprego” ou como complementação de carga horária (ver relato da p.40). Mostra-se, com isso, que, a EJA não é vista por alguns agentes com a seriedade que deveria, situação que se reflete nos índices negativos apresentados por essa modalidade.

De acordo com a última atualização do Projeto Político Pedagógico da escola “Manoel Duarte”, lócus desse estudo, na primeira etapa, o percentual de abandono, chegou a ser de 50%(cinquenta); na segunda etapa 52%(cinquenta e dois); na terceira etapa 14,3%(quatorze, três), e, na quarta etapa 24%(vinte e quatro). Tais percentuais deixam evidente, que o nível de abandono nessa modalidade é alto. Compreendemos que este é o retrato dessa modalidade nos

municípios marajoaras, provocado pela falta de políticas públicas que contemplem a nossa realidade, assim como de uma pedagogia sensível as necessidades educacionais do educando. Que vislumbre conectar os saberes e vivencias desses sujeitos, com os saberes científicos porquanto, essa junção seria de grande valia para auxiliar esses educandos no processo de aquisição do conhecimento científico, isto é, “o estabelecimento de um diálogo entre os saberes rural e urbano, em que todas as culturas sejam valorizadas” (HAJE, 2005, p. 129).

Este diálogo do qual fala o autor seria essencial para melhorar a Educação de Jovens e Adultos nos municípios marajoaras, pois o povo que neles trabalham, vivem e produzem experiências, possui uma cultura riquíssima, cheia de histórias e saberes e significância e, assim sendo, tornam-se fundamental para ajudar os alunos na apropriação e construção de conhecimentos científico e na leitura do mundo que os cerca.

### **3.2 A EJA em Curalinho, PA: um breve panorama**

Em curralinho-PA, os primeiros passos da EJA, ocorreu através da rede estadual de ensino na escola Estadual “Pedro Andrade”. Na década de 90 e no ano de 2002 a EJA passou a ser ofertada pela rede municipal de ensino, na “EPAM Professora Lurdes Paiva”. Neste mesmo ano, no mês de maio, com a inauguração da escola “Maria Dias Silva”, na vila Recreio do Piriá, a Educação de Jovens e Adultos foi implantada no meio rural do município, mais tarde a mesma foi gradativamente implantada nas demais escolas do campo.

A Escola Municipal de Ensino Fundamenta, “Manoel Duarte”, inaugurada nos anos 2000, lócus principal desta pesquisa, passou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos no ano de 2008. Inicialmente está escola ofereceu a 1ª e 2ª etapas; mais tarde atendendo a pedidos da comunidade a gestão resolveu ampliar e incluir a 3ª e 4ª etapas.

A partir do momento que a EJA passou a ser ofertada pela rede municipal de ensino, foram disponíveis turmas de todas as etapas. Depois de certo tempo, passaram a ser ofertadas somente turmas de 3ª e 4ª etapas, isso ocorreu por conta de alguns projetos voltados para alfabetização de Jovens e Adultos que foram executados no município nessa ocasião. Abaixo segue a lista de alguns programas realizados no município no período de 2002-2014.

- Programa Brasil Alfabetizado - vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no qual haviam os professores formadores, tutores; era um programa que funcionava dentro do município, porém possuía uma coordenação específica.
- Pescando Letras - ofertado pela Colônia de Pescadores - Sede Curralinho;
- MOVA-JURI- Programa ofertado pelo Estado, em parceria com o município, que cedia os espaços para as reuniões, formações, contudo o mesmo possuía sua coordenação própria.

Não foi possível aprofundarmos sobre os programas supracitados, devido não termos acesso a documentos ou outras fontes que pudessem ampliar nossas informações. Além disso, os responsáveis pela coordenação de tais programas, por motivos alheios ao nosso conhecimento, não puderam participar da pesquisa.

Pelo exposto é possível sugerir que a implantação da EJA neste município deu-se de forma tímida e paliativamente. Os programas adotados pelo visto não alcançaram os objetivos, pois o índice de pessoas analfabetas é grande, segundo o último censo realizado pelo IBGE, a taxa de analfabetismo no município de pessoas com dez anos ou mais, chegava a 20,2% (IBGE, 2018).

Como mencionado anteriormente, nos primeiros anos da década de 90, a EJA começou a ser ofertada pela primeira vez no município por meio da rede estadual de ensino. Na época, por ser ofertada pelo Estado e, também pelo fato de o município não dispor de uma proposta e diretriz educacional para essa modalidade, a EJA seguia os preceitos da legislação e diretrizes estadual. Nesta a matriz curricular compreendia as seguintes disciplinas: Português; Matemática; Ciências; História e Geografia. A partir dos anos 2000, foram acrescentadas mais três disciplinas: Inglês; Arte e Educação Física.

Com a aprovação da nova LDB, Lei nº 9.394/1996; a EJA ganhou uma base mais sólida, no que corresponde a legalidade. Esta lei em seu Art.37, §1º, indica que:

Os sistemas de ensino assegurarão oportunidades apropriadas para os jovens e adultos que não tiveram oportunidades de ingressarem na escola na idade certa levando em conta suas especificidades. E ainda que, o poder público, viabilizará e estimulará o acesso e a permanência dos alunos jovens e adultos trabalhadores na escola mediante ações integradas que devem complementassem (§1º; §2º).

A LDB institui assim o acesso e a permanência de jovens e adultos a educação como um direito, consolidando assim o que estabelece o Art. 205 da

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o qual assume a educação como um direito social e subjetivo para todos os brasileiros independentemente de qualquer condição. Como observa Haddad (1992, p. 4)

O reconhecimento deste direito tem produzido, ao menos no âmbito da legislação, uma crescente responsabilização dos setores públicos por oferecer condições adequadas de realização de uma educação escolar básica para Jovens e Adultos.

No ano de 2010, com a criação do Regimento Unificado das Escolas Municipais de Currálinho, e a implantação da EJA no Ensino Fundamental de Nove Anos, a organização dessa modalidade sofreu mudanças. No Capítulo II; Seção III do referido regimento consta como esta modalidade deve funcionar nas escolas da rede municipal de ensino. Isso permite ao município desfrutar de uma certa autonomia para gerir e organizar tal modalidade.

O Regimento Unificado das Escolas Municipais de Currálinho, define que:

A Educação de Jovens e Adultos, destina-se a escolarização, em níveis de suplência do ensino Fundamental, para a aqueles que não tiveram acesso ou continuidades de estudo a essa etapa de ensino na idade certa (CURRALINHO, 2010 p.13).

Acrescenta:

[...] Será ministrada sob forma sistemática e com avaliação no processo, obedecendo a uma carga horária mínima de 3.200(três mil e duzentas) horas e 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar (CURRALINHO, 2010; p.13).

Neste documento, no trecho destacado, aferimos que a visão da EJA descrita, assemelhasse ao escrito que compõe o artigo 37 da Lei nº 9394/96 (LDB), citado nesse trabalho. Uma visão compensatória, por sua vez direcionada para suprir um direito que foi negado, por conta do sistema excludente que impera em nossa sociedade.

Em 2015, em consonância com a Lei municipal nº 844 de 23 de junho de 2015, foi aprovado e homologado o Plano Municipal de Educação (PME), com vigência de 10 anos. O próprio traz metas e estratégias para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (CURRALINHO, 2015, p.1). Neste PME estão contidas 02 (duas) metas e 24(vinte e quatro) estratégias voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com a meta 9, o município busca:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 83%(oitenta e três) até 2018 e até ao final da vigência desse PME, diminuir para 50%(cinquenta) o analfabetismo absoluto e reduzir em até 40%(quarenta) a taxa de analfabetismo funcional (CURRALINHO, 2015, p.48).

Para alcançar tal meta estabelecem como estratégias:

- 9.1 Garantir a oferta da Educação de Jovens e Adultos(EJA) em todas as unidades de ensino (escolas núcleos), para atender os alunos agricultores, pescadores, e demais trabalhadores de acordo com suas realidades.
- 9.2 Aderir e garantir programas como pró-jovem urbano e rural, que garanta a inclusão e conclusão do ensino fundamental por meio de exames.
- 9.3 Buscar parcerias com instituições públicas e privadas no intuito de garantir a formação inicial e continuada a pessoas que não tiveram acesso a escolarização na idade certa.
- 9.4 Assegurar equidade da EJA às demais modalidades da educação básica superando a lógica da suplência.
- 9.5 Promover a implantação e implementação das propostas curriculares na Educação de Jovens e Adultos.
- 9.6 Fomentar programas de educação de jovens e adultos com qualificação social e profissional para a população urbana e do campo que estão fora da escola e com defasagem idade série.
- 9.7 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos que não tiveram acesso à educação básica da idade própria.
- 9.8 Realizar diagnósticos dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.
- 9.9 Realizar chamadas públicas e regulares para a educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.
- 9.10 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15(quinze) anos de idade.
- 9.11 Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.
- 9.12 Assegurará a oferta da educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se a formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.
- 9.13 Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as).
- 9.14 Estabelecer mecanismos incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privado, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregadores e das empregadas com a oferta das ações da alfabetização e de educação de jovens e adultos.
- 9.15 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionadas para os segmentos com baixos níveis de escolarização e para os (as) alunos(as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Universidades, as cooperativas, e as associações, por meio de ações de extensão que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. (CURRALINHO, 2015, p.50-51).

A meta 10 por sua vez consiste em:

Articular parcerias com os governos Federal, Estadual e entidades não governamentais, visando atender pelo menos 5 % (cinco) das matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (CURRALINHO, 2015, p.51).

Suas estratégias são:

10.1 Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e a formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades da população do campo, das áreas de assentamento, reservas extrativistas, das comunidades quilombolas e das populações ribeirinhas inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada a educação profissional.

10.5 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura da cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas.

10.6 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articuladas a educação profissional.

10.7 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articuladas a educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoas com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.8 Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articuladas a educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

10.9 Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnico e de nível médio. (PME,2014-2024 p.52-53)

A meta nove vem trazendo explicitamente uma proposta de combater o analfabetismo (absoluto e funcional) entre a população jovem e adulta do município. Nesta meta, vê-se a intenção de elevar a taxa de alfabetização da população jovem e adulta do município para 83% (oitenta e três) até o ano de 2018. Para alcançar

essa meta definiu-se como uma das estratégias, no caso, a estratégia 9.1, garantir a oferta da EJA, em todos os estabelecimentos públicos de ensino do município, tanto no meio rural como no meio urbano. Sobre o meio rural não podemos falar com propriedades de causa porque a pesquisa não se estendeu até as escolas localizadas neste espaço. Contudo, no que corresponde a área urbana do município essa meta dificilmente será alcançada, visto que, no ano em curso, somente uma escola do meio urbano ofereceu a EJA, nas 1ª e 2ª Etapas, não cumprindo assim com a estratégia indicada no plano.

Com a oferta somente dessas duas etapas, muitos alunos ficam fora da escola, ou seja, têm seu direito negado. Outro empecilho observado é o elevado índice de repetências e a evasão escolar nessa modalidade. Completa esse quadro a falta de uma Coordenação Pedagógica própria para a EJA, tanto na Secretária Municipal de Educação (SEMED) quanto na única escola urbana que oferta todas as etapas dessa modalidade de ensino, Escola “Manoel Duarte”. Deixamos aqui registrado que a mesma, só possui todas as etapas, porque a gestão da escola juntamente com a comunidade escolar, resolveram juntar 1ª e 2ª Etapas, e se assim não o fizessem, não haveria alunos suficientes para formar turma, fato que ocasionaria a extinção das duas das etapas.

Mediante o exposto, nota-se um grande descaso do poder público para com essa modalidade de ensino e um paradoxo exacerbado entre teoria e prática. Pois, tomando como teoria a meta 9 (nove) do PME aferimos essa contradição. A pergunta que fica é: como alcançarão a meta estipulada se na prática não viabilizam meios para que a mesma seja executada?

A meta 10 (dez) do respectivo PME traz como estratégia, trabalhar em parcerias com o governo federal, estadual e com entidades não governamentais para que desta feita, se alcance atender 5% (cinco por cento) das matrículas na EJA no fundamental e no médio associadas com a educação profissional. Todavia, no município de Curralinho não existem empresas nem entidades do governo que trabalhem nesse viés. E na própria escola não encontramos registro de projetos de ensino/aprendizagem ou qualquer outro que contemple a meta 10 (dez) do PME. São metas, portanto, que dificilmente serão alcançadas, até porque como fica claro, não há interesse por parte do governo. A EJA continua sendo o apêndice que a vista de muitos governantes não deveria existir.

## **4 A EJA NA ESCOLA MANOEL DUARTE: ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ANSEIOS**

O presente capítulo, procura discutir a EJA como mecanismo de emancipação social a partir das narrativas orais dos interlocutores e do Projeto Pedagógico da escola lócus. É um texto que evidencia as percepções de docentes e discentes sobre essa modalidade de ensino, elencando sentidos e significados atribuídos por esses agentes a essa modalidade em Curralinho. Em um primeiro momento, faz-se uma breve apresentação da instituição educacional escolhida como lócus de pesquisa e, em seguida, descreve-se como os dados foram coletados e tratados à luz do referencial teórico-metodológico. O texto segue com a explanação sobre como a EJA é desenvolvida nessa instituição, dando ênfase em dados como matrículas, planos de aula, entre outros. O diálogo prossegue com as perspectivas dos entrevistados combinado com os pressupostos teóricos.

### **4.1 O LÓCUS DA PESQUISA: ESCOLA MANOEL DUARTE**

Para que ocorra a realização de uma pesquisa, se faz necessário uma inquietação por parte do pesquisador, que logo após escolhera o local que será tido como “chão” de sua pesquisa. Neste local, este profissional iniciará uma “escavação” (termo que tomamos de empréstimo da arqueologia) cuidadosa e detalhada para que então encontre o artefato/vestigio que procura e, assim responder suas inquietações.

No que corresponde essa pesquisa, o local escolhido como lócus, foi a escola municipal de ensino fundamental “Manoel Duarte”, nome fictício adotado para resguardar o sigilo ético da pesquisa. Esta unidade de ensino, foi construída com recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e inaugurada em primeiro de maio de 2000. Seu nome é uma homenagem póstuma a um dos prefeitos da cidade de Curralinho que, desenvolveu dois mandatos no município. O primeiro corresponde o período de 1950-1954 e o segundo de 1976-1982.

A escola “Manoel Duarte” oferta turmas de 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Turmas de 1ª a 4ª etapas EJA e turmas de Educação Inclusiva. De acordo com o último Censo Escolar, esta instituição possui um quantitativo de 1406

(Um mil quatrocentos e seis) alunos regularmente matriculados. Totalizam 61 turmas distribuídas em quatro turnos, manhã, intermediário, tarde e noite.

Atualmente a escola conta com o seguinte quadro funcional de servidores públicos: diretor, dois vice-diretores, quatro coordenadores pedagógicos (no momento de realização desta pesquisa, encontramos apenas duas coordenadoras), 54 professores, uma secretária, um digitador, 16 auxiliares de serviços gerais, quatro vigias, quatro agentes de portaria, 10 agentes administrativo, um zelador e um cuidador da área externa da escola.

Nos dias atuais os recursos financeiros usados para manter este estabelecimento de ensino, são originários do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB), que é repassado pelo governo Federal diretamente para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Além desse, o recurso chega a escola por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); Mais Educação e Acessibilidade que é repassado para a Associação de Pais e Mestres (APM), bem como recursos arrecadados em eventos escolares realizados pela escola (PPP, 2016-2017 p.4).

A escola Manoel Duarte, segundo o Projeto Político Pedagógico da mesma, tem a seguinte missão:

Proporcionar um ensino de qualidade, por meio de propostas pedagógicas inovadoras, que propicie ao educando o pleno desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores (PPP, 2016-2017p.8).

Como nota-se a escola tem uma visão bastante detalhada do ensino que deseja ofertar a seus alunos, “através de propostas inovadoras” como está escrito no PPP da mesma. Contudo a indagação que fazemos é a seguinte, que qualidade é esta? Porquanto, sabemos que o termo qualidade é bastante complexo em todas as áreas, principalmente em se tratando de educação. A mesma “não se pode medir pelos palmos do saber sistematizado que foram assimilados pelo aluno” (GADOTTI; ROMÃO; 2011 p.39). Contudo, Gadotti (2010; p.07) descreve um conceito de qualidade que corrobora com o que pensamos da mesma, na qual:

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da

qualidade como um todo[...]um conjunto de fatores contribui para a qualidade na educação.

Ou seja, para se ter qualidade na educação, necessitasse de qualidade, no transporte, no saneamento básico, na saúde, na segurança, isto é, em todas as áreas da sociedade.

Em se tratando das propostas inovadoras, quais seriam essas propostas? O que para eles é tido como inovadoras, as mesmas se aplicam aos educandos da EJA? Pois, durante o período que estivemos na escola observando e na análise feita no PPP da mesma, não encontramos propostas que para nós, possam ser denominadas de inovadoras, principalmente o que corresponde aos alunos da Educação de Jovens e Adultos desta instituição (falando em termos de ensino aprendizagem).

#### **4.2 A COLETA E O TRATAMENTO DOS DADOS**

Os dados coletados na escola lócus envolveram duas principais fontes: documental e as narrativas orais. Os documentos coletados e analisados foram o Projeto Político Pedagógico da escola Manoel Duarte, cedido pela direção e coordenação e o Regime Unificado das Escolas Municipais de Currálinho, pego na Secretaria Municipal de Educação com o Coordenador Pedagógico Geral de Ensino.

Nesses documentos procuramos verificar dados referentes a EJA, como a mesma é abordada no município, quais projetos, metas, planos e estratégias são voltados para melhor ofertar essa modalidade de ensino nesta localidade, como se dá a organização da mesma.

Quanto as narrativas orais, foram coletadas nas dependências da escola, com horário e dia marcado pelos próprios interlocutores. As entrevistas foram conduzidas tendo por base um roteiro flexível com perguntas semiestruturadas, como citado na introdução. No desenvolvimento das entrevistas, a maior dificuldade foi o de exatamente conseguir entrevistar algum aluno, principalmente, aluno de mais idade. Quando sabiam que seriam entrevistados e que suas respostas seriam transcritas e lidas por outras pessoas, os mesmos ficavam receosos, porque, de acordo com eles não sabiam se expressar. Esclarecidos acerca da importância da participação deles na pesquisa as entrevistas foram aos poucos sendo cedidas.

Para conseguir entrevistar os alunos fez-se necessário ir várias vezes à escola lócus. Nesse movimento foi preciso e estratégico chegar cedo para acompanhar o horário de entrada e saída de alunos e professores. Como mencionado, as entrevistas foram realizadas nas dependências da escola no término das aulas, para não interferir nas atividades dos alunos e professores. Antes de começar as entrevistas os interlocutores foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, momento que também foi repassado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que autoriza a pesquisadora a fazer uso das narrativas em função da pesquisa acadêmica e científica.

Mediante autorização dos interlocutores, as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador portátil e celular. Em seguida tais narrativas foram transcritas, para que nada que fora exposto na conversa passasse despercebido. De igual modo, no momento da entrevista cada gesto, expressão ou movimento foram devidamente registrados. As narrativas foram analisadas seguindo a sequência das perguntas à luz do referencial teórico-metodológico.

#### **4. 3 ORGANIZAÇÃO DA EJA: ESCOLA MANOEL DUARTE**

As informações aqui expostas, são oriundas de análises realizadas, no Regimento Unificado das Escolas Municipais de Curralinho e, por intermédio de entrevista feita com uma das coordenadoras Pedagógica da escola, a qual é responsável em planejar juntamente com os professores o que é trabalhado no decorrer da semana em sala de aula. Deixamos registrado que a mesma não é coordenadora pedagógica exclusiva da EJA. Nos últimos dois anos (2017-2018) essa modalidade não contou com um coordenador específico, como ocorria até o final dos anos de 2016.

Segundo o Regimento Unificado das Escolas Municipais de Curralinho, Artigo 49; a EJA, deverá destinar-se a escolarização de pessoas com 15 (quinze) anos ou mais, agindo como suplência, para que estes alunos possam “recuperar” os anos escolares atrasados, porquanto, os mesmos não puderam cursar tais series na idade tida como própria (CURRALINHO, 2010, p.13-14)

Acrescenta ainda que a mesma, será ministrada sob a forma sistemática, no qual serão utilizados métodos avaliativos para aferir o progresso do discente (CURRALINHO, 2010, p.13. Art.59). No que corresponde como se dá a matrícula dos

alunos na modalidade de ensino EJA, na escola “Manoel Duarte”, a coordenadora pedagógica fez o seguinte relato:

Tem os dias separados para cada etapa (1ª, 2ª, 3ª e 4ª). Mas assim, no decorrer do ano a matrícula fica aberta, porque de vez em quando está entrando um aluno novo. Ela não fecha. Fazemos desta forma também, por conta do problema da evasão, muita desistência, por isso que durante praticamente o ano todo, ela não fecha, diferente das outras turmas (Coordenadora Pedagógica, 2018).

Partindo do que foi declarado pela Coordenadora Pedagógica da escola, vemos um lado bom e um lado ruim nessa maneira de organização da matrícula na EJA. O bom, por assim dizer, é que os alunos que quiserem adentrar a escola, seja no início ou quase no final do ano, é possível pois, como a coordenadora explicitou, a matrícula fica disponível praticamente o ano letivo todo.

O lado prejudicial dessa forma de organização, seria na parte de planejamento docente. Porquanto, a cada aluno que adentrar na escola no decorrer do ano, caberá ao professor averiguar quais os conhecimentos que o mesmo possui e desta feita, planejar, o que será trabalhado. Quebrando assim, todo o planejamento que o mesmo fez, após aferir os conhecimentos prévios dos alunos que a eles foram entregues no início do ano letivo, acarretando um bloqueio na progressão da turma. Porquanto, segundo Vasconcellos (2007; p.60) “o planejamento, ajuda a prever e superar dificuldades[...] ajuda a racionalizar os esforços, o tempo e os recursos (eficiência e eficácia) utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional”.

Ao nosso ver, se esta forma de se pensar a matrícula na EJA, se faz necessária por conta do índice alto de evasão nessas turmas, basta a escola colocar em prática os objetivos traçados que estão contidos no PPP da mesma, os quais são voltados para amenizar o problema do abandono escolar nessas turmas.

- I- Assegurar, acesso e permanência com sucesso escolar aos jovens e adultos;
  - II- Proporcionar uma educação diferenciada com metodologias e organização curricular específica, efetivando a qualidade da EJA;
  - III- Criar mecanismos de avaliações diferenciadas que possibilite aos alunos da EJA a sua permanência com sucesso na escola;
  - IV- Implantar na escola turmas da EJA semipresencial nas etapas finais, de modo que seja garantido a sua continuidade nos estudos;
  - V- Promover cursos de formação continuada para os docentes da EJA;
  - VI- Assegurar aos alunos da EJA a valorização dos seus conhecimentos e experiências adquiridas ao longo da vida;
- (PPP 2016-2017, p.07)

Outra indagação que foi feita, é se a escola tem/teve algum projeto voltado para os alunos da EJA? A entrevistada informou que existem vários projetos elaborados pela escola, que incluem os alunos da EJA, contudo, apenas um é exclusivamente voltado para o alunado da EJA, no caso, o Projeto “Educar para Ficar”, que conforme a coordenadora, foi elaborado no início do ano de 2018, com início previsto de execução, para o segundo semestre do respectivo ano.

A coordenadora relatou que este projeto deveria ocorrer da seguinte forma: a escola por meio dos professores e coordenação pedagógica, identificariam os alunos faltosos e os mesmos seriam chamados para uma conversa para que a escola soubesse o motivo da desistência e faltas. Após esse diálogo professores e coordenação deveriam realizar oficinas, palestras, gincanas educativas, com o intuito de trazer esse aluno de volta à escola. Estratégias que pelo visto foi pensado pela coordenação como condição para levar o aluno a permanecer na escola. Compreendemos que para o aluno permanecer na escola a aprendizagem precisa fazer sentido para a vida desse aluno. Não podemos olvidar que são pessoas em sua maioria trabalhadoras, por isso chegam a escola cansados e ao encontrar um ambiente pouco atrativo, isto é que não contemplem seus anseios, acabam por evadir-se.

Defendemos que deve se pensar em currículos que venham a ajudá-los a entender-se, o que implica em “a aprofundar seus conhecimentos, experiências e saberes, que os leve a fazerem a leitura de si e do mundo; leitura das condições de uns e de outros trabalhadores, trabalhadoras” (ARROYO, 2017, p.70).

Após, uma breve leitura no PPP, percebemos que o projeto mencionado pela Coordenadora não está contemplado neste documento. Aliás, não existe nenhuma referência no PPP sobre projetos voltados exclusivamente para os alunos da EJA. Observamos ainda quanto ao citado projeto que o mesmo não foi executado, devido ao atraso em relação ao início do segundo semestre na rede municipal de ensino. É válido registrar que a categoria dos professores e a gestão municipal encontravam-se em embates políticos por conta de cortes no salário dos docentes, o que ocasionou paralização por parte da categoria. Teve um breve retorno, mas por falta de entendimento entre os envolvidos as aulas voltaram a ser paralisadas e até o dia 03 de outubro de 2018, momento em que estávamos concluindo a pesquisa, não se tinha previsão de retorno.

Continuando com nossas indagações a coordenação, procuramos saber se existia na escola um planejamento específico para as turmas da EJA? Vejamos o que disse nossa interlocutora:

Não. Como só existe um professor que trabalha na EJA nas 1ª e 2ª etapas e como ele também trabalha em outras escolas, o planejamento fica por conta dele, a gente só acompanha. Como a EJA não tem coordenador próprio nem na escola nem na SEMED, fica por conta de os professores fazerem seus planejamentos (Coordenadora Pedagógica, 2018).

Percebemos nessa declaração um grande descaso com a Educação de Jovens e Adultos, tanto por parte da gestão municipal, quanto por parte dos responsáveis em planejar o que deverá ser trabalhado em sala de aula com esses alunos. Não queremos aqui desmerecer ou desqualificar o trabalho desenvolvido pelos professores das turmas de EJA da escola pesquisada. Mas não se pode negar que seria muito proveitoso se os mesmos tivessem tempo para juntamente com a coordenação pedagógica planejarem tanto o que, quando, como e quais temáticas seriam trabalhadas com os alunos da EJA.

Essa visão que aqui compartilhamos, é por compreendermos que esses alunos necessitam de um planejamento/educação diferenciada, pois os mesmos, em sua maioria, “são sujeitos das classes populares que trazem consigo, quase sempre, as marcas da desvalorização social” (PONTES, CLARK, 2016, p.56). Todavia, o que vemos é uma “educação tapa buracos”, destinada a remediar falhas dos sistemas social e educativo[...]uma educação que tenta remediar” de forma errônea e desordenada anos de exploração e descaso (TORRES, 1995, p. 28 apud PONTES, CLARK, 2016, p.56).

Uma outra questão abordada na entrevista com a coordenadora pedagógica diz respeito à formação continuada dos docentes das turmas da EJA. Indagamos se os professores que trabalham com tais turmas na escola, participam ou participaram de algum curso de formação continuada, oferecido pela escola em parceria com a SEMED voltados para o trabalho na EJA. A resposta foi um simples não.

Daí nos questionamos se os professores há muito não têm um curso de formação continuada voltado para trabalhar com os alunos da EJA, como eles se apropriam de novas técnicas e meios para trabalhar com esses alunos? Pois as que conhecem e desenvolvem com os alunos pelo visto não estão surtindo efeito. A negativa na resposta nos levou também a perceber que infelizmente alguns

objetivos propostos no PPP da escola com relação a EJA, não estão sendo cumpridos.

Entendemos que tais objetivos se materializados poderiam ajudar a sanar o problema da evasão nessas turmas e ajudar na permanência do aluno em sala de aula. Vejamos o que estabelecem tais objetivos: “Proporcionar uma educação diferenciada com metodologias e organização curricular específica, efetivando a qualidade da EJA; objetivo V “Promover cursos de formação continuada para os docentes da EJA” (PPP,2016-2017 p. 7). Esses objetivos não estão sendo postos em prática, ao contrário ficaram esquecidos nas páginas de um projeto, assim como na maioria das vezes, são esquecidos os alunos da EJA, por quem elabora as políticas públicas educacionais em nosso país, que enxergam a EJA, unicamente como “gastos desnecessários”.

Por mais que os direitos desses educandos sejam garantidos por lei, o que se percebe na prática, ainda, é que “a EJA é mais um campo de direitos ainda negados, como tantos outros que foram historicamente privados aos sujeitos das classes populares” (PONTES, CLARK;2016, p.55). Criam-se as leis, todavia, não as põe em prática e menos ainda averiguam se estão sendo executadas. Descasos e falta de respeito este é o cenário que a nós é revelado a cada momento quando nos deparamos com essas situações que nos indignam e nos afrontam, porquanto sabemos que pode ser diferente.

#### **4.4 A EJA na perspectivas dos docentes**

O texto a partir de agora segue evidenciando o ponto de vista dos docentes entrevistados. Enfatiza-se nesse empreendimento como a EJA é pensada, materializada e interpretada por esses agentes em cada uma de suas etapas. Iniciamos indagando sobre o que os docentes pensavam quanto a EJA precisar de mais incentivo pedagógico. Narraram:

Eu vejo como se a EJA, pelo menos aqui na nossa escola, muitos podem até discordar, mas eu vejo como um complemento de carga horária. Infelizmente é uma modalidade no qual deveriam ser professores mais ativos e eu percebo que a maioria já estão muito cansados, falta uma aula que chame mais atenção, uma aula mais dinâmica. Isso não tem. Acredito que seja por causa que os professores já estão desde o período da manhã na escola; por exemplo, eu trabalho só dois dias na EJA, mas esses dois dias que eu trabalho, eu passo o dia inteiro na escola, quando chega à noite, eu já estou bastante cansada, mas mesmo assim eu tento me animar.

Eu vejo que a EJA, precisa de um olhar mais carinhoso por que ela é um pouco esquecida. Dá pra perceber aqui na escola como ela está. Poucos alunos. Se a gente for verificar a situação da evasão, da reprovação, são muito altos, turmas que iniciam 45 alunos, finalizam com 10, 15 alunos. Então, tem que ter uma pesquisa do porquê? E, às vezes, esse porquê a gente não vai dizer que a responsabilidade é só do professor, a gente sabe que os alunos da EJA, são alunos que trabalham, são adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade série que era pra eles estudarem, e muitos veem muita dificuldade, porque têm filhos. As meninas, às vezes, já vêm grávidas e quando vão ter neném, não votam mais (PROFESSORA Aida; 3ª etapa EJA; 2018).

Outro professor acrescenta ainda:

Nos últimos anos eu tenho visto a modalidade EJA, com um pouco de ceticismo, com os problemas que temos tido com relação aos índices, muita evasão, muita repetência, muita falta de planejamento da escola pra lidar com essa modalidade. Porque assim, de todas as modalidades previstas na legislação brasileira a gente percebe que a EJA, não é tratada pelas instituições, pela parte da gestão das unidades de ensino com a devida atenção. É algo que pode ser melhorada para atender uma necessidade das pessoas, principalmente jovens que não tiveram a oportunidade ou então não tiveram como estudar na idade certa. A EJA, acaba sendo para alguns uma válvula de escape para retomar o tempo perdido ou até mesmos recomeçar nos estudos ou começar nos estudos. Através de uma modalidade que acelera a conclusão do ensino fundamental no caso da rede municipal e na rede estadual no caso de médio (PROFESSOR Celso; 4ª etapa EJA; 2018).

Em nossa leitura as narrativas dos professores, demonstram quão complexa é a modalidade de ensino EJA, pois envolve situações que vão desde cargas horárias árduas exercidas pelos professores que por sua vez, contrastam com as dificuldades causadas pelo problema da evasão, reprovação. A própria dificuldade apresentada pelo alunado, no caso da declaração da professora “Aida” (3ª etapa) o feminino e na declaração do Professor Celso (4ª etapa) os demais alunos que veem na EJA, uma forma de romper com a realidade excludente, desfavorável que se encontram. Envolve tanto a parte social quanto a emocional, por isso, essa modalidade não pode ser vista de qualquer forma, tem de haver um planejamento bem delineado e estruturado, que vislumbre atender os alunos dessas etapas em todas essas dimensões e complexidades que estas turmas apresentam. Em outros termos, faz-se necessário dar a todos os envolvidos com o universo da EJA (Professores, Alunos) o suporte material e respeito que ambos precisam para desenvolverem, construir e compartilharem conhecimento.

Continuando com o ponto de vista dos docentes tem-se ainda nas palavras desses profissionais a EJA como uma modalidade representada pelo fracasso por falta de planejamento e desdém da gestão. Relata o professor Celso (2018):

A EJA, é uma modalidade de trabalho(ensino) muito difícil de se lidar. Não por conteúdo, por domínio de classe mas pela variedade de idade. Agente

vê aluno de 16 (dezesesseis), 17(dezessete) anos que vem da casa deles forçados para cá e ai se juntam a outros alunos de 50 (cinquenta), 60 (sessenta) anos. São mundos totalmente diferentes e ai, a gente tenta controlar de um lado, tenta ajeitar de outro e as vezes, a gente não consegue. Essa dificuldade a gente leva, tem que empurrar com a barriga mesmo. No início do ano, quando a gente chega com a direção e diz que a gente consegue dar aula para essa turma, a gente meio que dá a cara a tapa, a gente diz, não eu consigo! Então tu tens que batalhar pra isso o ano todo pra ver também se eles não evadem, não desistem no meio do caminho. Ai quando tu te deparas com isso, tu vais vê que aquela coragem que tu tinhas lá atrás de trabalhar com a EJA, na 1ª e 2ª etapas, as vezes não é isso tudo, as vezes tu ti perdes. Perdes paciência, as vezes a vontade de estar em sala de aula. Só que no meu caso, esse ano agora, agente abraçou a turma, a turma me abraçou e todo mundo tá trabalhando direitinho, não sei se tu sabes mas na turma estão menores infratores que polícia vem olhar aqui na sala de aula, se eles estão mesmo aqui, se eles não estão fazendo bobagem na rua. E esses mesmo alunos, estão estudando direitinho, eles têm colaborado. Mas no início do ano foi horrível, teve gente que desistiu, senhoras que desistiram por causa da bagunça que era horrível. Aí a gente sentou, conversou para ver se melhorava a convivência. Mas assim, a EJA em si, eu falo pelas minhas turmas 1ª e 2ª etapas, a maior dificuldade tá nessa variação de idade. Por que são mundos muito diferentes, mas em relação a aprendizagem, eu vejo que eles são muito esforçados, que eles superam barreiras e isso daí é diferente das outras turmas, de 9º(nono) e 8º(oitavo). Quando eles vêm pra estudar, eles estudam, eles vem por baixo de chuva, eles não faltam por qualquer coisa não. Às vezes, eles vêm doentes, quando não dá pra vir, eles ligam, eles avisam a gente. Mas assim, tem a parte boa e tem a parte ruim. Como eu “to” te relatando. Enquanto educação, a EJA, é muito válida, por conta da oportunidade de horário para eles, pois eles necessitam desse tempo. A maioria deles e de “idade”, que trabalha durante o dia. É válida nessa situação, assim como se tem educação ofertada de manhã, à tarde pros outros alunos das outras idades, eu acho muito justo que seja pra eles. Muito se fala do aproveitamento deles como que é; todo mundo tem a sua chance, eu acho que eles aproveitam muito, estudam bastante até. Tão quanto, os alunos da manhã e da tarde, os da modalidade normal. Eu comparo assim, tem alunos da EJA, que são mais esforçados que os meninos da tarde e da manhã, por que os alunos da manhã, a gente pede pra trazer trabalho, eles não trazem, isso aborrece pra caramba a gente com professor, já o pessoal da EJA não. O pessoal da EJA, se tu pedes, eu não preciso nem pedir, eles já chegam comigo, “professor, eu fiz, dá pra ver se tá certo”? Eles têm o interesse. Nas outras modalidades eu não vejo isso, se a gente for avaliar por conta de aproveitamento, por conta de esforço, a EJA é muito válida em relação a isso. De dá oportunidade a eles que infelizmente, não tem chance de manhã, por que ou cuida da casa, ou trabalha fora ou trabalha em algum lugar e ai dá chance a eles”. (Professor João 1ª/2ª etapas EJA; 2018)

Através dos depoimentos dos professores que trabalham com a EJA, na escola “Manoel Duarte”, podemos constatar quão complicado é trabalhar nessa modalidade de ensino. Isso, porque, fica evidente a falta de compromisso por parte da gestão municipal e da própria SEMED, pois não adianta traçar metas e estratégias no PME para superar os problemas com a EJA, se não vemos esforços para retirar as propostas do papel. Podemos sugerir que tais metas foram criadas unicamente para cumprir exigências burocráticas e não de fato atender as

necessidades e interesses dos alunos. São metas que atendem ao que estabelece o Artigo 8º da Lei nº.13.005 de 25 de junho de 2014 (Lei do PNE – 2014-2024, que se materializada poderia fazer a diferença.

Percebemos também que se torna complicado para os docentes trabalharem com a EJA, pois os mesmos não foram preparados para isso, e não sabem muitas vezes como lidar com esse grupo, que tem suas singularidades e não podem ser tratados como as crianças do fundamental, o que normalmente acontece. Esses docentes alegam que em sua formação inicial não tiveram disciplinas voltadas para o universo da educação e alfabetização de jovens e adultos. Também esclareceram que nenhum deles, tiveram cursos de formação continuada nos últimos anos, oferecidos pela escola e SEMED, destinados para o trabalho na EJA. Vale ressaltar que um dos professores trabalha a mais de 10 (dez) anos com essa modalidade no município, e até esse momento, não participou de cursos voltado para o trabalho educacional com esse grupo. Mais uma incoerência entre o que está escrito e o que ocorre de fato.

O Projeto Político Pedagógico da escola, apregoa como um de seus objetivos para a Educação de Jovens e Adultos, “Promover cursos de formação continuada para os docentes da EJA” (CURRALINHO, 2015-2016; p.7); e como podemos constatar isso até o presente momento não aconteceu. O exposto sugere que falta empenho e compromisso para com esses cidadãos, os quais vem a escola depois de um longo dia de trabalho (no caso de pais, mães de famílias e jovens trabalhadores). São “passageiros do trabalho para a EJA, como itinerários em busca do direito a uma vida mais justa, mais humana” (ARROYO, 2017,p.7).

Outro questionamento feito aos professores foi o seguinte: como você trabalha com os alunos da EJA? Como organiza as suas aulas? As metodologias que utiliza? Em resposta, declararam:

Eu trabalho com língua portuguesa, então acho até mais fácil trabalhar a realidade, porque trabalho com textos, as vezes eu trago peças de teatro, a gente faz alguma coisa, perguntas e respostas (quis).  
Faço meu planejamento só, não tenho auxílio de coordenador pedagógico. A escola, coordenação, mas, às vezes, elas estão muito ocupadas e eu como já tenho um pouco de experiência, até mais do que elas que entraram agora eu faço sozinha. Mas elas sempre me perguntam se preciso de ajuda para fazer meu planejamento e eu respondo que não, pois já fiz. Só que eu sinto dificuldade no sentido de saber que há vários mundos ali dentro e aí tu acabas agradando só um público, deixando de ajudar o outro lado.  
Tenho numa turma vários alunos adventistas, aí eles não estudam dia de sexta-feira, justamente a minha aula é dia de quinta e sexta-feira, aí eu

tenho que pensar numa estratégia pra ajudar esse alunos, eles perdem toda sexta, aula presencial, isso é mais um desafio pra gente, como que eu vou fazer pra “aquele” aluno que perdeu aquela aula? Só dá o escrito e não explicar pra eles fica complicado, é difícil eles terem acesso à internet, computador, se eu passar uma pesquisa, eu tenho que pensar na metodologia dessa pesquisa, o que que eles vão utilizar” (professora Aida, 3ª etapa EJA; 2018).

A narrativa mostra que a professora enfrenta dificuldades para desenvolver suas atividades pedagógicas, principalmente, porque a mesma tem que planejar as aulas para diferentes alunos. Essa dificuldade poderia tornar-se mais amenas se as coordenadoras da escola se fizessem mais presente na hora do planejamento. Não é pelo motivo da professora ter mais experiência com as turmas da EJA, que os coordenadores se farão ausentes e até mesmo omissos, pois, mesmo que não sejam exclusivamente coordenadoras pedagógicas da EJA, são da escola e o papel de um coordenador pedagógico dentro da escola é de contribuir com o trabalho docente.

Na compreensão de Vasconcelos (2007, p. 87), o coordenador pedagógico deve ser

Articulador [...] da Instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender.

Vemos nesta concepção de Vasconcelos (2007; p.87) o quanto é importante a função da Coordenação Pedagógica em uma escola. Notamos que a mesma, está fazendo falta na instituição pesquisada, principalmente, para as turmas da EJA, as quais necessitam de um trabalho melhor estruturado. Através de um trabalho conjunto entre docentes e coordenação certamente seria menos complicado pôr em prática uma pedagogia capaz de promover um processo educativo mais inclusivo.

Narra o professor Celso (2018):

Eu gosto de trabalhar muito com textos, é assim, em alguns casos, a gente utiliza textos interpretativos. Eu trabalho com a terceira e quarta etapas e esses textos, alguns estão no livro didático fornecido e outros são copiados, porque alguns precisam ganhar agilidade na escrita, principalmente os alunos da terceira etapa. Então a gente faz esse treinamento tirando do quadro, que é uma das formas de você ganhar um pouco de agilidade, até porque, a coordenação motora deles, não foi bem trabalhada na “idade certa” e a psicomotricidade, principalmente da parte fina, ela precisa de estímulos também, na fase adulta principalmente. Trabalho com eles, com

cópias de textos, vídeos, palestras, figuras, imagens, mapas. Pois, a disciplina é de geografia e há uma necessidade imperiosa de você fazer uma leitura de mundo através dessas imagens (professor Celso 4ª etapa, 2018).

Neste depoimento do professor nos mostra como faz para trabalhar sua disciplina e promover o conhecimento dentro da sala de aula. Observamos que há uma preocupação com a promoção de uma educação crítica quando o mesmo entende haver uma necessidade de o aluno aprender a ler não apenas a palavra, mas fazer a leitura de mundo, como fala Freire (1997). Uma leitura que permita ao aluno entender-se como sujeitos de direitos. E não só isso, que permita perceber de como podem lutar em ser respeitado como gente.

Entendemos que saber ler os “vários mudos” não é errado, desde que saibamos ler interpretar o mudo que está a nossa volta, no qual pisamos e somos parte construtoras. Portanto, “a leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo” (FREIRE, 1996; p.44).

Seguindo com o relato dos docentes, vejamos agora, como o professor da 1ª e 2ª etapas da EJA, trabalha em sala de aula com seus alunos:

Como são duas etapas em uma ele tenho que desenvolver um trabalho diferenciado. No início do primeiro semestre, eu trabalhei com Português e Matemática na primeira avaliação, na segunda avaliação eu já incluí todas as outras disciplinas. Eu trabalho Português na base da leitura, na base da escrita é só copiar do quadro no caderno, isso eu faço muito, copiar no quadro. Na verdade, eu vario, trago duas aulas no quadro, e duas aulas impressas que é pra eles justamente lerem e agente ganhar mais tempo. Na disciplina de matemática, a primeira avaliação foram vários assuntos, fazendo sempre o uso de quadro, giz, material impresso. Nada de vídeo, nada de slide. Aonde eu trabalho vídeo com eles são nas aulas de ciências, história/geografia e na aula de educação física. Às vezes a gente faz nas aulas de ciências aquele grupão pra gente conversar, ouvir o que cada um acha. De saber das ideias deles, do conhecimento empírico deles, a gente conversou um dia desses na aula de ciências, sobre plantas medicinais. Foi muito interessante ver o conhecimento deles voltados para saúde, envolvendo essas plantas medicinais. Eu deixo eles sempre muito à vontade, a metodologia vai ser sempre assim, eles falarem aonde “está doendo” aonde eles sentem que é justamente pra eu ir lá. Seja fazendo uso do no quadro, seja com exercício, em grupo ou individualmente na cadeira (Professor João; 1ª / 2ª etapas EJA; 2018).

A leitura do relato do professor das 1ª e 2ª etapas indica que os métodos e metodologias usadas por esse profissional são na maioria tradicionais. Como relata costuma trabalhar a leitura e a escrita no quadro ou utilizando material impresso. Todavia, mesmo privilegiando a cópia na lousa esse professor faz uso de algo

essencial para o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, que é escutar os mesmos. Como aprendemos com Freire (1996, p.43) “ensinar exige saber escutar”, coisa que nosso interlocutor assegura fazer. A escuta é elemento de extrema importância para entendermos as necessidades educativas dos alunos.

Escutar os alunos pode torna menos complicado o processo de ensino aprendizagem tanto para o aluno quanto para o professor pois, ambos contribuirão na construção do conhecimento. O educador que consegue estabelecer esse diálogo com seus alunos, “aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele” (FREIRE, 1996, p.43). Isso gera troca de conhecimentos e desenvolve o “respeito aos conhecimentos dos educandos” e, é um passo fundamental para uma pedagogia emancipatória.

Também questionamos aos docentes-interlocutores se a EJA, promove alguma mudança na vida dos alunos. Vejamos:

Promove, quando o professor tem o seu planejamento de acordo com a realidade deles. A EJA, tem perspectiva pra muitos, infelizmente, tem os acontecimentos, coisas que vem acontecendo que acabam fazendo com que eles desistam, mas tem muitos que mudam o comportamento. Contudo como já disse, desde que o professor traga o planejamento de acordo com a realidade do aluno, palestra, vídeos. Pode mudar a forma de agir do aluno, nem que seja na maneira de dialogar e o comportamento dentro de suas casas com suas famílias (Professora Aida 3ª; etapa EJA; 2018).

Como bem disse a professora, a EJA tem perspectiva de mudança, contudo como ela bem narrou, isso poderá acontecer, se houver um planejamento bem estruturado, comprometido, que vise auxiliar o aluno na mudança que ele tanto precisa. Um currículo que não se restrinja ao repasse de conteúdos sem contextualização, mas um currículo que leve em conta a realidade que os educandos estão inseridos, “currículos que os capacitem para o que esses jovens-adultos lutam [...] para ter mais opções[...] para se emanciparem da instabilidade e da exploração a que a sociedade os condena (ARROYO, 2017, p.59).

Ainda sobre a possível mudança que a EJA pode promover, narra o professor Celso:

Sim, promove. Promove no sentido de: imagine uma pessoa que está com 30 (trinta) anos e não sabe ler, ou pra mais que isso, ou até mesmos jovens de 15 (quinze); 17 (dezessete) anos que não sabem ler. Então alfabetizar e fazer o letramento dessa pessoa para que ela passe a ler e a entender o que está lendo, é uma abertura de horizonte na vida dessa pessoa. Porque uma pessoa que não consegue ler, fazer a leitura de textos escritos muito embora façam a leitura de textos no cotidiano (as várias formas de textos

que existem), fazer a leitura de um texto escrito proporciona uma mudança significativa na vida, a pessoa passa a “enxergar” o mundo de uma outra forma (Professor Celso 4ª etapa; EJA; 2018).

O professor das 1ª/2ª etapas acrescenta:

Promove, A EJA é uma modalidade diferenciada; pra determinada faixa etária. Vou te dar um exemplo: tinha um aluno aqui que no começo do ano, o período da noite dele era só pra “sacanagem” e como eu já relatei, no começo do ano a gente conversou, eu fui conversei com cada um deles para saber, pra fazer aquela anamnésia, pra verificar qual era o nível de aprendizagem escolar de cada um deles. Na conversa eu notei que ele não queria saber de nada e ai a gente foi conversando e eu fui perguntando pra ele da mãe dele, do pai e ele relatou que o pai era tranquilo com ele. Perguntei até que ponto seria esse “tranquilo” e o mesmo me respondeu: á se eu quiser estudar eu estudo, ai eu respondi que estava bom, contudo, sugeri que ele desse essa chance a ele mesmo de estudar, se dedicar nas aulas. Fomos conversando, ele ia levando. Faltava uma noite, vinha na outra e eu continuava insistindo para que ele se dedicasse e não faltasse e hoje ele está se dedicando mais aos estudos. Assim, eu vejo que não só a EJA, mas as outras modalidades, promovem sim mudanças, elas dão chance para a pessoa mudar de alguma forma, seja na sala de aula ou fora dela. Porque aqui dentro se a pessoa não tem controle na casa, se os pais não conversam, nós tentamos conversar. Aqui, a gente tem essa ligação direta. A EJA, promove essa mudança e vem como chance para a pessoa que não pode cursar a modalidade diurna de chegar a escola e aprender. Agente tenta promover uma mudança na vida da pessoa enquanto cidadão, de respeitar o outro, da responsabilidade e dos direitos e deveres que temos. Não buscamos trabalhar somente os conteúdos curriculares, mas também que eles reflitam e busquem conhecer e interpretar o mundo ao seu redor (Professor João 1ª/2ª etapas EJA; 2018).

Os relatos dos docentes se aproximam. Todavia, um direcionou sua visão para o alunado mais velhos (em termos de idade) da EJA e o outro visou os alunos mais jovens. Entretanto, ressaltaram que pelas experiências vivenciadas, a educação ofertada na EJA, pode e promove mudanças na vida dos alunos, seja em termos de aquisição de conhecimentos ou na forma comportamental de cada um.

Proporcionar e propiciar mudanças, este deve ser o grande papel da educação. Mudança de/na vida, mudança de pensamento. Ajudar o educando a ver-se como protagonista de sua história, construtor de seu caminho deve ser o papel do educador. Para um aluno da EJA, que não sabe ler textos escritos, no momento que o mesmo consegue realizar este feito, já ocorre uma mudança na sua autoestima. Pois, o que antes se mostrava como uma quimera (monstro mitológico com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de serpente) agora já não assusta mais. O que antes, era trevas, torna-se luz; portanto, esse é o poder que tem a educação, poder de transformar as pessoas para que possam transforma suas histórias.

Mas para que haja essa mudança, para que se torne possível, o professor tem que ter a convicção de que a mudança é possível, e a partir dessa convicção auxiliar o educando para que o mesmo acredite que “a mudança pode ser difícil, contudo, é possível” (FREIRE,1996, p.32) pois, somos seres que estamos em um eterno processo de transformação e mudança e aprendemos algo novo a cada dia, a cada história vivenciada.

#### **4.5 A EJA NA PERSPECTIVAS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS**

Neste tópico tratamos da EJA na perspectiva dos alunos, dando ênfase aos desafios por eles vividos e o que almejam quanto a uma educação que contribua para sua emancipação social. Desse modo, estes agentes ao serem indagados sobre o que eles esperavam alcançar por meio da educação obtida na EJA expressaram:

Eu espero aprender! Vim estudar na EJA, porque tem muitas coisas que eu quero fazer e não posso por causa do aprendizado que eu não tenho. Coisas do tipo como ler a bíblia eu quero ler a bíblia e não consigo, mas eu creio que eu vou ler. Coisas que eu não sabia, já aprendi e eu espero aprender mais e mais para continuar caminhando e avançando nos estudos e ser “alguém na vida”. Eu não sabia algumas contas, eu não sabia ler e eu já estou conseguindo ler. Pra mim, e até mesmo lá em casa, eles estão achando que eu estou avançando rápido nos estudos (Aluna Clara 1ª/2ª etapas EJA, 2018).

Notamos, no depoimento dessa aluna, que a EJA já fez diferença ao proporcionar o aprendizado da leitura. A aluna espera aprender mais para ser notada, vista pela sociedade como cidadã. Em outras palavras pode-se dizer que esta aluna espera com a EJA ter a dignidade que lhes fora roubada. Há também o fato de ser reconhecida pela própria família.

Clara é uma senhora de 40 anos, que voltou a escola, pela vontade e necessidade em aprender a ler e a escrever sem depender dos outros. A leitura e a escrita para esta aluna podem ser interpretadas como condição primordial para emancipar-se. Situação semelhante ao que ocorreu com a mãe desta pesquisadora. Daí dizer que a EJA para os subalternos não representa apenas o simples ir à escola pela primeira vez. Essa modalidade de ensino é a possibilidade real para que esses agentes históricos possam realizar o desejo de aprender a ler e a escrever o próprio nome. No caso de nossa interlocutora ler e escrever, representa condição

para que a mesma pudesse ler a Bíblia sozinha. Aos demais alunos, a EJA poderá os capacitar para realizarem as atividades de seu cotidiano que exigem o uso da leitura e da escrita.

No depoimento dessa aluna, chamou nossa atenção a frase comumente repetidas por pessoas que não tem o domínio da leitura e escrita, isto é, “ser alguém na vida”. Essa frase demonstra como é importante para esses alunos que vem até as escolas e se matriculam nas turmas da EJA, o conhecimento que ali deve ser ofertado, pois eles não buscam unicamente a educação formal, mais a dar sentido a sua existência enquanto pessoas, enquanto cidadãos. Buscam serem vista por essa sociedade que as excluem, por não terem posse desse conhecimento ofertado pelas/nas escolas; “jovens e adultos, [...] adolescentes, ainda tão oprimidos, roubados em sua humanidade, lutando por reconhecimento-não reconhecimento como humanos” (ARROYO,2017; p. 9-10).

A EJA é o viés para essas pessoas garantirem sua emancipação da qual nos ensina Freire (1997). Relata o aluno Jone da 3ª etapa: “Eu espero concluir meus estudos. E estudar na EJA, está me ajudando muito. Porque, eu estava muito atrasado. Eu espero acabar meus estudos e entrar numa faculdade, fazer um curso superior”. Jone tem 16 anos e diferente dos demais alunos espera da EJA, muito mais que aprender ler e escrever. Enquanto a primeira aluna, tem na EJA a possibilidade de aprender a ler e a escrever, direito negado enquanto criança, adolescente e jovem, Jone, vê na EJA a possibilidade de terminar seus estudos no fundamental e médio e adentrar em uma faculdade. Essa modalidade é assim uma porta e caminho para um futuro diferente do presente.

Observamos que muitos jovens e adultos compartilham também desse pensamento, para isso procuram voltar a escola para conseguir seus diplomas de conclusão do ensino fundamental ou médio, para que desse modo, possam superar esse “sobreviver provisório”, essa “identidade provisória” e lutar por um bom emprego e superar a condição social desfavorável em que eles se encontram (ARROYO; 2014, p.55).

Outra aluna entrevistada também espera que a EJA seja encarada pelo poder público com responsabilidade, pois almeja concluir a educação básica e ir para uma faculdade. Relata a aluna:

Eu espero que melhore o ensino que é ofertado na EJA e que não termine. Porque, esse ano foi difícil ter a EJA na escola, por causa de alunos que faltam, desistem. Por conta disso, os professores conversaram com a gente

para que nós não desistíssemos, porque provavelmente ano que vem não terá a EJA na escola por causa de não ter alunos para formar turmas. Espero também, terminar de estudar e se Deus quiser, eu vou conseguir. Pois eu quero fazer um curso, uma faculdade para que eu tenha uma condição financeira melhor para criar meus filhos (Aluna Eva; 4ª etapa EJA; 2018).

Vemos expresso nesse curto relato o anseio desta aluna com relação a melhorias para a EJA, e que a mesma não pare de ser ofertada pela escola, pois foi, e, é, através da educação ofertada nessa modalidade que alunos jovens-adultos trabalhadores, pais e mães de famílias, conseguem adentrar o espaço escolar em busca não somente do conhecimento cientificamente construído, mas buscam também “uma vida mais justa, digna. Humana” (ARROYO,2017; p.11). A educação é condição para que junto com suas famílias possam viver dignamente. Comenta Arroyo (2017, p. 93)

Os jovens-adultos que vêm de trabalhos explorados e fazem seus itinerários para a EJA, por que lutam? Apenas por suprir percursos escolares? Lutam por percursos humanos de direitos, por justiça, pela dignidade humana que lhes é roubada. Lutas aprendidas com as mulheres-mães que levam na mão seus filhos, suas filhas, pobres, negros, dos campos e das periferias[...]fazem esses itinerários por um justo, digno, humano viver de seus filhos/as.

Ao questionarmos aos entrevistados se a EJA provocou alguma mudança em suas vidas? Obtivemos os seguintes depoimentos:

Já! Tipo assim, eu já aprendi coisas que eu não sabia, como ler e escrever. E através de um vídeo que o professor passou pra nós, aprendi sobre o buylling. Que toda brincadeira que alguém faça comigo e eu não goste ou piada que me ofenda, isso se chama buylling. O professor colocou esse vídeo e falou sobre algumas críticas que acontecem na escola, tipo assim eu não sabendo ler e escrever e algumas pessoas que já estão avançadas vem criticar. Graças a Deus, eu sei assinar meu nome, mas muitos podem não saber. Ou o professor perguntar eu não saber responder e as pessoas fazerem graça “caçoarem” da gente, isso não pode e eu devo procurar meus direitos. O professor ensinou que devemos respeitar cada pessoa. Mas se acontecer de uma pessoa tentar me desmerecer por que tenho pouca instrução, ele disse pra gente que não devemos dar ouvidos, mas sim continuar nos esforçando para aprender cada vez mais. Isso mexeu comigo e coloquei na minha mente que é assim mesmo que nós devemos agir (Aluna Clara; 1ª/2ª etapas EJA; 2018).

Na educação, mudou que eu estava muito atrasado e através da EJA, pude estar avançando em meus estudos. Na minha casa, no meu lar, minha convivência com minha família melhorou muito, meu dialogo com eles e isso é por causa da educação que trabalhamos na sala de aula. Pois, os professores nos ensinam a respeitar o outro; a sermos ouvidos e a ouvir o outro também” (Aluno Jone; 3ª etapa EJA; 2018).

Sim provocou, porque assim, eu passei um bom tempo sem estudar e eu estava bem travada na leitura e na escrita e agora na EJA, eu estou bem melhor. Tanto é que eu tiro boas notas (Aluna Eva; 4ª etapa EJA; 2018).

Notamos nos depoimentos dos alunos que os mesmos não estão aprendendo nas salas de aulas somente o conhecimento científico, mas também, estão aprendendo a desenvolverem-se como cidadãos. Na escola, aprendem pôr em prática sua cidadania, seus direitos enquanto cidadãos. Isso mostra que a pedagogia desenvolvida pelos professores não se resume a atividades dentro da sala de aula, mas inclui lições e compartilhamentos que os ajudam e ajudarão os alunos na convivência dentro e fora dos muros da escola.

Podemos dizer diante disso, que os professores, trazem conhecimentos relevantes, explicado de forma simples, como indicado, no relato da aluna Clara. Por conta disso os mesmos conseguem assimilar com mais facilidade. Para ajudar os alunos dessa modalidade de ensino, que normalmente sofrem discriminação e são taxados de vários dizeres por não terem domínio da leitura e da escrita, a escola precisa ser um espaço do diálogo e da integração.

Uma escola que permita aos professores ajudarem seus alunos buscar conhecimentos para que então possam tomar posses de seus direitos. Como bem explicita Arroyo (2017; p.68), aos professores “não será suficiente ser docente que domina o que e como ensinar, mas deve-se entender esses processos de desumanização-humanização que os adolescentes, jovens, adultos vivenciam”.

Aos professores cabe, conhecer quem são seus alunos, qual a realidade que os mesmos vivenciam e, assim sendo, procurar trabalhar dentro de sala de aula, temas relacionados e próximos de suas vivencias, visando através desses atos, ajudar seus educandos a se libertarem, se a mesma for desumana e exploradora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que falta por parte do poder público da cidade de Currealinho, bem como por parte dos servidores envolvidos, compromisso tanto no que corresponde ao planejamento do que se trabalhará nas escolas que ofertam essa modalidade de ensino quanto em investimento financeiro e pessoal. Haja vista que, não basta somente ofertar turmas de EJA nas escolas. Pois, assim como ofertar turmas da EJA é importante, dar suporte para que a educação aconteça é de extrema necessidade.

Ficou evidente, que esta educação, precisa atender aos anseios dos alunos que por décadas vem sofrendo com a negação de seus direitos. Não basta terem metas, estratégias escritas em documentos se os mesmos ficam engavetados e esquecidos, somente consultados, quando chegam fiscalizações. Chamamos aqui a atenção dos órgãos responsáveis pela fiscalização, para que não se restrinjam apenas em saber se a, há ou não o documento, mas, principalmente, procurar averiguar se os objetivos, metas e estratégias contidas nos mesmos estão sendo efetivamente executadas.

No que corresponde a organização da EJA, na escola “Manoel Duarte”, concluímos que precisa melhorar bastante. A escola, necessita ter um planejamento específico para essa modalidade de ensino. Não podemos olvidar que esses alunos não podem ser tratados como as crianças do fundamental, são pessoas que em sua maioria tem um acúmulo de experiência, trabalham o dia todo arduamente e que esperam da escola outro tratamento e perspectivas.

A EJA carece de um trabalho conjunto, entre coordenação pedagógica, gestão e professores, como relatou a professora da 3ª etapa. Só através do coletivo trabalhando junto é que se verá um novo rumo para a Educação de Jovens e Adultos, nessa escola e nessa cidade marajoara.

Aferimos por meio dessa pesquisa que a EJA, pode e provoca mudanças nas vidas dos educandos que desfrutam da educação desenvolvida dentro das salas de aula de turmas da EJA. Mesmo com tanta precariedade os professores através de seus esforços e conhecimento e por que não dizer com humanidade e amor ao próximo, ajudam a seus alunos a vislumbrarem um futuro diferente da realidade que está posta, pois, como nos diz Freire (1996, p.36) “Ensinar exige segurança,

competência profissional e generosidade”. E isso vimos muito nos professores que foram interlocutores dessa pesquisa.

Por intermédio da EJA, é possível ocorrer mudanças na vida desses alunos, seja no auxílio a eles no processo de aquisição da linguagem escrita, da leitura, na construção e aquisição do conhecimento científico ou, como bem relatou o aluno da 3ª (terceira) etapa, dentro de seus lares, no trato e respeito do e para com o outro.

Mesmo em meio a tantos contratempos e desencontros, a EJA, é uma modalidade geradora de mudanças e um meio para os que a muito vem sendo deixados à margem da sociedade, lutem por melhoras tanto para si, quanto para os outros que os rodeiam. Isso nos leva a inferir que a EJA para os alunos se configura como mecanismo de emancipação social, exatamente por permitir a eles condição de exercer sua cidadania, ainda que seja limitada.

A EJA tem significados e sentidos específicos para cada aluno, porém, no geral essa modalidade de ensino representa para os interlocutores condição para ter acesso a conhecimentos necessários para viver, estar e desenvolver-se em sociedade. O domínio da leitura e da escrita significa não só poder descobrir o mundo por conta própria, representa oportunidade de sonhar e projetar perspectivas futuras, como fazer um curso superior.

Certamente, se a EJA fosse vista com responsabilidade haveria mais mudanças. Assim, seria de fato meio de emancipar socialmente os alunos que procuram a escola. Não podemos esquecer que os alunos das turmas de EJA, buscam a posse do que lhes é de direito e, que de forma alguma lhes pode ser negado, o direito a dizerem sua palavra, a lerem seu mundo e a construírem e transformarem suas realidades como sujeitos históricos sociais (FREIRE, 1997). Reconhecer como sujeitos históricos, significa entendê-los como agentes que tem memória, história, conhecimentos, experiências que carecem de ser reconhecidos e valorizados.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Leitura do mundo no contexto da planetarização: Por uma pedagogia da sustentabilidade.** São Paulo. FE-USP; 2002.

ANDRADE, Maria Eurácia Barreto de. **Alfabetização e Letramento de pessoas jovens, adultas e idosas:** desafios para a plena inserção nas práticas sociais de leitura e escrita. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol.4. n.8 ano. 2016.

ALMEIDA, Adriana de. EJA: uma educação para o trabalho ou para a classe trabalhadora? **Revista brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol.4, 2016.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa; Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2017.

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. **Trajetória da Educação de Jovens e Adultos:** Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de Adultos. Cairu em Revista. 2014.

BOXER, Charles R. O império marítimo português. São Paulo: companhia das letras, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9394/96)**, 2006.

Construção Coletiva: **contribuições à Educação de Jovens e Adultos.** Brasília; UNESCO, MEC, RAAAB,2005.

CORRÊA, Paulo Sergio de Souza. **Currálinho**, abril de 2018.

CURRALINHO. **Plano Municipal de Educação.** 23 de junho de 2015.

CURRALINHO. **Regimento Interno das Escolas Municipais de Currálinho**, 22 de agosto de 2010.

CURRALINHO. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Francisco Chagas da Silva 2017/2018.

FARINELE, Jéssica Ramos. **Direito Subjetivo- conceitos e classificações.** Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso em 10 dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, práticas e propostas. 12 ed. São Paulo: Cortez,2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas,2008.

GÓES, Moacyr de. **Entrevista cedida à Revista Paidéia**. Ribeirão Preto. Janeiro de 1992.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org.) **Educação do Campo na Amazônia**: retrato das realidades das escolas multisseriadas no Pará. Belém, Gráfica e Editora Gutemberg Ltda.2005.

PONTES, Edmundo Marcos Ferreira; CLARK, Georgia Nellie. A má fé institucional a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Revista **brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. Vol.04; n. 7; ano 2016.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa Educacional**: Quantidade versus Qualidade: Cortez; 2009.

SOARES, Magda B. Língua escrita, sociedade e Cultura. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, v. 0, p. 5-16, set./dez. 1995.

TORZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. IESDE BRASIL S.A. 2009.

VASCOCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**.8. ed. São Paulo: Lberdade,2007.